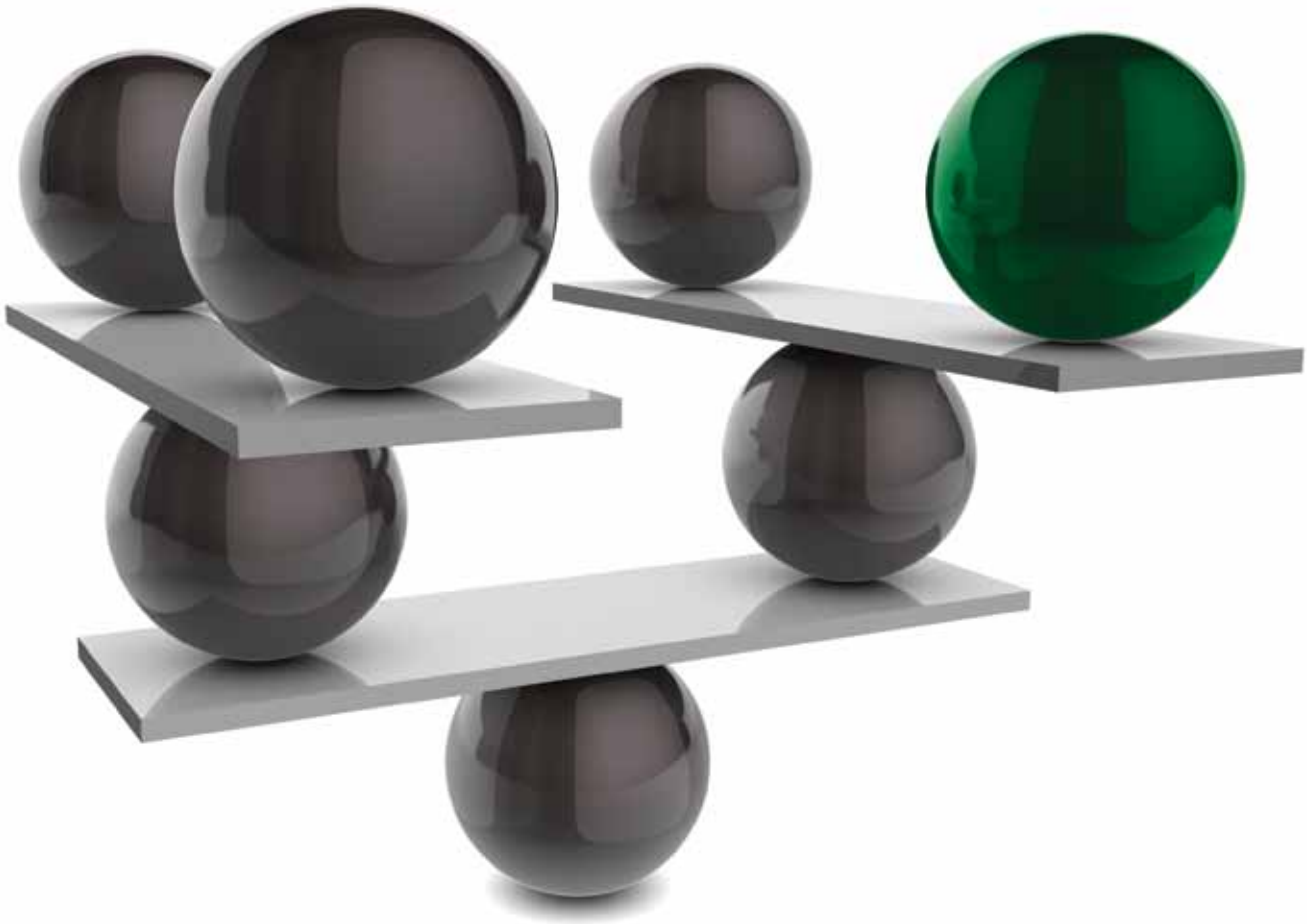
Setembro 2014 • Ano 4 • Número 15 • R$ 18,00

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

É preciso equilíbrio

Ibracon avança no debate para delimitar responsabilidade civil dos profissionais



Nesta edição, a cobertura completa da 4ª Conferência do Ibracon

Investimentos serão um importante *driver* de crescimento para o Brasil
Leia a entrevista de Paulo Rogério Caffarelli, secretário-executivo do Ministério da Fazenda

PROCURA-SE

Comunicação Ibracon

★ **Os trabalhos mais relevantes sobre** ★

A importância das normas internacionais de contabilidade e auditoria para o Brasil

RECOMPENSA

★ **Uma viagem a Londres** ★

Jornalistas e Estudantes de Ciências Contábeis, inscrevam-se até 21/11/2014

4º Prêmio Transparência
Jornalismo
www.ibracon.com.br/premiojornalismo

4º Prêmio Transparência
Universitário
www.ibracon.com.br/premiouniversitario

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL
www.ibracon.com.br

Defensores dos interesses públicos

Ed Guimarães

O auditor independente é um pilar importante da economia, tanto por subsidiar a tomada de decisões das companhias quanto por seu papel no mercado de capitais.

Os elementos que dão sustentação a essa análise pontuam de maneira marcante esta 15ª edição da nossa *Transparência Ibracon*, que traz a cobertura completa da 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Vejamos: na entrevista exclusiva que nos concedeu, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Rogério Caffarelli, afirma que a auditoria independente confere transparência e confiabilidade aos atos de gestão das companhias. Essa visão é compartilhada por Ana Novaes, diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que considera o auditor o *gatekeeper* dos interesses públicos.

Para atender a essa expectativa, o Ibracon persevera em sua atuação consistente para o fortalecimento da profissão. E, claro, para proporcionar a segurança jurídica necessária para que as firmas de auditoria coloquem sua *expertise* a serviço do mercado e do País.

Essa foi a razão pela qual ampliamos o debate, na 4ª Conferência, para delimitar a responsabilidade civil do auditor independente, que não pode ser confundido com um investigador ou um agente de seguros. Nem pode ser chamado a pagar por eventuais fraudes dos gestores das companhias.

Essa importante articulação, de modo a incluir todos os envolvidos na busca de uma solução que não penalize as firmas, tem se mostrado acertada. É o que nossos leitores verão nas próximas páginas desta edição. Elas espelham o resultado da nossa atuação e da nossa missão.

Um abraço e boa leitura,

Eduardo Pocetti
Presidente do Ibracon

Nesta edição

Divulgação

6

Investimentos, no topo da agenda do Governo

Secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Rogério Caffarelli, garante: "Os investimentos serão um *driver* de crescimento importante para o Brasil nos próximos anos"

32 **Obra máxima da contabilidade**
Conheça o complexo trabalho para traduzir e publicar o Livro IFRS

42 **Artigo**
Lei 12.973: pontos positivos e desafios

44 **Perfil**
Conheça Eliseu Martins, o mestre da contabilidade

46 **Foco na objetividade**
Debate visa a elevar qualidade e reduzir quantidade das notas explicativas

31 Sintonia Fina

37 Representações do Ibracon

38 Pingos e respingos

40 Educação Continuada

49 Conheça o GT Iasb-CPC

9 4ª Conferência do Ibracon

Ibracon/Luis Germano

10 É preciso equilíbrio
Ibracon avança no debate para delimitar a responsabilidade civil dos profissionais

16 O caminho do sucesso
Desafios e soluções para alavancar negócios das FAPMP

20 Novo relatório do auditor

22 Atualidades das IFRS

24 País precisa de mais investimentos
Economista-chefe da Febraban, Rubens Sardenberg, defende novo modelo de crescimento

Ed Guimarães

28 Fortalecimento da profissão
Prêmio Transparência estreita vínculos do Ibracon com jornalistas e estudantes de Ciências Contábeis

Investimentos, no topo da agenda

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA PREVÊ RETOMADA DA EXPANSÃO ECONÔMICA E DESTACA REDUÇÃO DO CUSTO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO DO CAPITAL NO BRASIL

Os investimentos serão um *driver* de crescimento importante para o Brasil nos próximos anos e o Ministério da Fazenda trabalha em várias frentes nesse sentido. "Pelo lado da oferta, aperfeiçoamos a legislação e ampliamos a participação do setor privado na área de infraestrutura. Além disso, criamos vários instrumentos financeiros para facilitar a captação de recursos privados destinados ao financiamento de investimentos", explica o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Rogério Caffarelli.

Em entrevista exclusiva ao Ibracon, Caffarelli falou sobre a reforma tributária para os investimentos – "não existe, hoje, nenhum imposto federal incidindo sobre os investimentos" – e destacou o papel da auditoria independente nesse cenário. "É de suma importância que o trabalho do auditor independente seja tratado como uma ferramenta confiável de avaliação, seja pelo sócio, pelo acionista ou pelo gestor", afirma o secretário. Para ele, sem o auditor independente, o mercado perderia muito em credibilidade e haveria um retrocesso nos processos já estabelecidos. Leia os principais trechos da entrevista.

Quais são as perspectivas econômicas do Brasil?

A projeção oficial de crescimento para 2014 é de 1,8%. Esse cenário prevê uma retomada da expansão no segundo semestre. Para 2015, prevemos a continuação desse processo de retomada. Trabalhamos em uma agenda de investimento para o País com as concessões de infraestrutura, para contarmos com aeroportos mais modernos, estradas melhores, ampliação das ferrovias, portos. Tudo isso puxará os investimentos, que serão um *driver* importante para os próximos anos. Além disso, esses investimentos aumentam a produtividade total da economia, porque elevam sua eficiência.

E as perspectivas de recuperação da economia mundial? O cenário global está impactando o panorama doméstico?

Está impactando, sem dúvida. Primeiro, é importante notar que o cenário de recuperação projetado há alguns anos por vários economistas e organismos internacionais não tem ocorrido. Em julho, o FMI reduziu a expectativa de crescimento econômico do mundo em 0,3 p.p. No caso da economia americana, essa revisão foi de -1,1 p.p. Além do cenário global, que afeta os países desenvolvidos, há o pouso suave nos países emergentes, em particular na China. De maneira geral, esse cenário resultou no recrudescimento do comércio internacional. O menor crescimento do resto do mundo reduz o espaço para expansão das

nossas exportações. Ao mesmo tempo, o crescimento da renda doméstica em um ambiente de maior concorrência internacional provocou o aumento das nossas importações. O mecanismo de comércio é o principal canal de transmissão da crise para o Brasil, atualmente.

Quais são as perspectivas de crescimento da taxa de investimento, estatal e privada?

Trabalhamos bastante em uma agenda de investimento. Na esfera pública, temos tentado abrir espaço fiscal para ampliação dos investimentos. Durante o governo Dilma, o investimento, considerando o programa Minha Casa Minha Vida, tem sido em média de 1,3% do PIB por ano. É o maior investimento médio de um governo em muito tempo. E há que se contabilizar os investimentos das empresas estatais. Um exemplo é a Petrobras: em 2003, ela investiu 0,75% do PIB. Em 2013, o investimento da Petrobras foi de 1,8% do PIB.

No âmbito privado, trabalhamos em várias frentes. Pelo lado da oferta, aperfeiçoamos a legislação e ampliamos a participação do setor privado em infraestrutura. Criamos, ainda, vários instrumentos financeiros para facilitar a captação de recursos privados para financiar investimentos, tais como as letras financeiras e as debêntures incentivadas de infraestrutura. Pelo lado da demanda, oferecemos empréstimos com taxas mais baratas para o investimento por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Também fizemos a reforma tributária para os investimentos. Não há, hoje, nenhum imposto federal incidindo sobre investimentos. A próxima etapa é trabalhar no ICMS, o que requer uma grande construção

Divulgação

"UMA DAS NOSSAS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES QUANTO AO MERCADO DE CAPITAIS É O FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE FINANCIAMENTO PRIVADO DE LONGO PRAZO"

política. Assim, reduzimos o custo financeiro e tributário do capital no Brasil.

Com essas ações deveremos observar uma taxa de investimento mais elevada, propiciando um padrão de crescimento mais alto e sustentável.

Quais são as grandes diretrizes para a recuperação da indústria?

A primeira é continuar na reforma tributária. Já fizemos muitas coisas, como desoneração dos investimentos e redução dos custos de folha. Ainda temos questões para avançar, como

no caso do ICMS, que tem criado uma insegurança jurídica muito grande para novos projetos de investimento.

Criamos um programa de qualificação técnica, o Pronatec, que fornece mão de obra treinada para a indústria e também para outros setores da economia. A expansão da infraestrutura reduz o custo de produção no Brasil e aumenta a produtividade. Já mencionei a redução dos custos financeiros. Existe a questão cambial que preocupa, mas adotamos várias medidas que buscam absorver isso. Em suma, são várias ações que buscam dar competitividade à indústria. A agenda da competitividade no mundo atual de acirramento da competição não se esgota.

O setor de serviços é grande gerador de empregos e impulsionador da economia. Por que ele não recebe a mesma atenção governamental destinada à indústria, por exemplo?

Não é verdade que o setor de serviços não recebe atenção do Governo Federal. O setor de serviços tem sido um importante *driver* para a economia nos últimos anos, tanto de crescimento quanto de emprego. Várias das ações que mencionei estão associadas ao setor de serviços, tais como transporte. Na educação, já falei da importância do Pronatec, mas temos ainda o programa Ciência sem Fronteiras. A expansão das creches, etapa muito importante para a educação infantil, também permite que as mães possam participar mais ativamente do mercado de trabalho, elevando a renda das famílias.

No caso da desoneração da folha, incluímos o setor de comércio varejista, que é bastante intensivo em mão de obra. Só nesse setor a desoneração custa quase R$ 1 bilhão. Temos de avançar nos próximos anos na integração dos serviços associados à indústria. Essa maior integração aconteceu no mundo inteiro e é onde a produtividade do setor de serviços deslanchou em áreas como P&D, *design*, comercialização, assistência técnica.

Quais são as perspectivas do Ministério da Fazenda quanto ao desenvolvimento do mercado de capitais?

Uma das nossas principais preocupações quanto ao mercado de capitais brasileiro é o foco no desenvolvimento de financiamento privado de longo prazo. Através da MP 651, procuramos incentivar o mercado de pequenas e microempresas a buscar financiamento através do mercado de ações e esperamos com isso que mais empresas possam se financiar no mercado de capitais, tendo em vista que o mercado de bolsa exige um alto grau de preparação e transparência para que essas empresas possam participar.

Lançamos também o ETF de renda fixa, com um modelo de tributação diferenciado, e esperamos que isso abra o caminho para avançarmos cada vez mais em um modelo tributário que incentive aos investidores a participarem do mercado de capitais de longo prazo.

Temos, ainda, as medidas tomadas através da Lei nº 12.431, que incentiva a emissão de dívida por empresas que buscam o financiamento a projetos de infraestrutura. Como é sabido, são projetos que levam tempo para se desenvolver e, portanto, exigem *funding* de longo prazo.

Portanto, esperamos um mercado de capitais cada vez mais competitivo e com mais alternativas para as empresas se financiarem, além de retornos interessantes e riscos adequados para os investidores locais e estrangeiros que apostem no Brasil.

> "SEM O AUDITOR, O MERCADO PERDERIA MUITO EM CREDIBILIDADE E HAVERIA UM RETROCESSO NOS PROCESSOS JÁ ESTABELECIDOS"

Qual é a importância da auditoria independente para a transparência do mercado?

O mercado demanda cada vez mais informação de qualidade e confiabilidade, e a auditoria independente confere um caráter de transparência e autonomia às prestações de contas e à evidenciação de atos de gestão.

É de suma importância que o trabalho do auditor independente seja tratado como uma ferramenta confiável de avaliação, seja pelo sócio, pelo acionista ou pelo gestor.

A revelação de informações que possam levar as companhias a corrigir seus rumos ou evoluir seus negócios está intimamente ligada ao trabalho do auditor independente.

Creio que, sem essa figura, o mercado perderia muito em credibilidade e haveria um retrocesso nos processos já estabelecidos.

4ª Conferência do Ibracon

O balanço da 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil é muito positivo, em todos os aspectos. O público cresceu – 538 profissionais assistiram aos paineis e palestras – e a mídia especializada repercutiu os debates realizados nos dias 18 e 19 de agosto, em São Paulo. "A Conferência se firma, ano a ano, como um espaço de discussão direta com reguladores e órgãos fiscalizadores sobre temas que impactam o mercado, as firmas de auditoria e o desenvolvimento do Brasil", analisa Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon.

Segundo o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Ivânio Breda, "a contribuição do Ibracon é inestimável, principalmente por sua marcante presença na parceria com o CFC, que vem congregando as mais expressivas instituições nacionais em torno do Comitê de Pronunciamentos Contábeis".

A 4ª Conferência também foi palco de lançamento do vídeo institucional do Ibracon. "Ele é mais um porta-voz dos avanços da profissão, da nossa contribuição para o desenvolvimento do País e do papel do Ibracon neste processo", finaliza Pocetti. O vídeo, que pode ser acessado no Portal do Ibracon, foi produzido em português e com versões legendadas em inglês e espanhol, para atingir os diversos públicos do Instituto e entidades de relacionamento.

Leia nas próximas páginas a cobertura completa do evento.

É preciso equilíbrio

IBRACON AVANÇA NO DEBATE PARA DELIMITAR A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS

Ibracon/Luis Germano

EDUARDO POCETTI: "OS RISCOS DE NEGÓCIO, INCLUSIVE RISCOS DE FRAUDE, SÃO RESPONSABILIDADE DA GOVERNANÇA DA EMPRESA"

O debate de um tema muito caro ao Ibracon, porque impacta a segurança jurídica das firmas e dos profissionais de auditoria do País, registrou um grande avanço na 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente. O Instituto promove diferentes ações para atenuar o descompasso entre o real papel do auditor e a forma como lhe são cobradas responsabilidades legais em casos de fraudes em empresas auditadas.

"A 4ª Conferência reafirmou a tese defendida pelo Ibracon de que a responsabilidade do auditor difere da responsabilidade do administrador. Não concordamos, em absoluto, com a responsabilização solidária e ilimitada", sintetiza o presidente do Instituto, Eduardo Pocetti.

Uma das questões de fundo da insegurança jurídica que impacta a auditoria decorre da Instrução CVM 308, que obriga a "constar do contrato social, ou ato constitutivo equivalente, cláusula dispondo que a sociedade responsabilizar-se-á pela reparação de dano que causar a terceiros, por culpa ou dolo, no exercício da atividade profissional e que os sócios responderão solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, depois de esgotados os bens da sociedade".

Outro objetivo do Ibracon é abrir espaço para que os auditores sejam ouvidos nas fases iniciais de apuração pelo Banco Central ou pelo Ministério Público. "É importante determinar devidamente os fatos, sempre com a possibilidade de contraditório. Os processos devem contar com a participação dos envolvidos", defende o presidente.

Convidados a aprofundar a discussão do tema no painel *Limitação de Responsabilidade do Auditor Independente*, na 4ª Conferência, e a examinar pareceres elaborados por especialistas para o Ibracon, Ana Novaes, diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), elogiou os documentos e Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, promotor de Justiça de Falências de São Paulo, órgão do Ministério Público, destacou que queria "passar uma imagem de otimismo e segurança jurídica para a profissão de auditoria".

A própria Ana Novaes destacou a atuação do Ibracon, lembrando que, já na Conferência do ano passado, o Instituto realizou um painel sobre o tema, do qual ela participou. E assegurou que, desde então, a CVM está totalmente aberta a ouvir os auditores. Para ela, esse é o caminho certo: abrir espaços para que todos debatam as alternativas possíveis.

A sensibilidade manifestada pelo órgão regulador e pelo representante do Ministério Público foi destacada por Pocetti. "É muito importante definir qual a responsabilidade do auditor independente, que não pode ser confundida com a responsabilidade da administração das empresas. Ambos demonstraram ter uma visão alinhada com a nossa, ao menos quanto ao fato de que o papel do auditor é diferente do papel dos gestores que realizaram fraudes contábeis. Vamos dar sequência à discussão do tema em todas as instâncias possíveis", afirmou.

"Se o trabalho de auditoria foi realizado de forma inadequada, os auditores devem ser responsabilizados. Mas não podemos responder solidariamente por fraudes contábeis promovidas pelos gestores das empresas antes mesmo da realização da auditoria", observa o presidente do Ibracon. "Os riscos de negócio e de processos, inclusive riscos de fraude, são responsabilidade primária da governança da entidade auditada, que tem seus mecanismos de controle e monitoramento", finaliza Pocetti.

Ibracon/Paulo Fischer

NELSON CARVALHO: "AUDITORIA NÃO É APÓLICE DE SEGURO CONTRA FRAUDES"

Os pareceres técnicos

O painel *Limitação de Responsabilidade do Auditor Independente*, na 4ª Conferência, foi coordenado por Sérgio Varella Bruna, sócio no escritório Lobo & de Rizzo Advogados, e contou com as participações de Luiz Leonardo Cantidiano, sócio no escritório Motta, Fernandes Rocha Advogados, e de Nelson Carvalho, professor da FEA/USP. Os pareceres que Cantidiano e Carvalho produziram sobre o tema foram entregues ao Ministério Público e à CVM.

Ao comentar seu parecer, Carvalho destacou que há "uma visão inadequada das fronteiras de atuação, forma, procedimentos, limitações e, principalmente, dos objetivos de uma auditoria de demonstrações contábeis (DC)". O professor explicou que, apesar da natureza retrospectiva das DC, seus usuários esperam informações de natureza prospectiva, para subsidiar a tomada de decisões de investimento ou concessão de crédito, entre outras.

No entanto, segundo ele, um balanço é fortemente baseado em juízos de valor: a provisão para devedores duvidosos é um julgamento de inadimplência indesejada mas esperada; a depreciação do imobilizado e a contingência contabilizada como passivo também são julgamentos do risco.

Ou seja: as DC não são nem pretendem ser representações exatas de uma realidade estática, passada e objetiva. "Nesse contexto, a meta da auditoria é reduzir a um nível aceitavelmente baixo o risco de que essas demonstrações, plenas de julgamentos e estimativas, contenham distorções relevantes".

Carvalho frisou que a auditoria independente não é uma apólice de seguro nem contabilidade forense que, esta sim, tem cunho pericial, de investigação de ilícitos, e, por isso mesmo, apresenta custos substancialmente maiores. "A contabilidade forense já parte do pressuposto de fraude na gestão, enquanto que, para a auditoria independente, a fraude é um risco potencial, juntamente com outros riscos de distorção potencial das DC", disse.

O advogado Luiz Leonardo Cantidiano,

Ibracon/Paulo Fischer

SÉRGIO VARELLA BRUNA

Ibracon/Paulo Fischer

LUIZ LEONARDO CANTIDIANO

Ibracon/Paulo Fischer

ANA NOVAES: "O AUDITOR É O PROTETOR DOS INTERESSES PÚBLICOS, O *GATEKEEPER*"

ao detalhar o parecer produzido pelo seu escritório, enfatizou que a responsabilidade legal do auditor é subjetiva, em conformidade com o Código Civil, dependendo de provas, identificação dos responsáveis pelo dolo e de nexo causal.

Ele elencou as regras, normas e regulamentos que regem a auditoria independente. E afirmou que a prática não abrange a revisão integral das DC, sendo realizada com base em testes por amostragem. "Os procedimentos estabelecidos pela regulamentação vigente não obstam eventual ação ilícita por parte dos administradores e da entidade auditada. Nem possibilitam que, uma vez praticada a fraude, o auditor necessariamente venha a descobri-la, dada a limitação do escopo da atividade", garantiu Cantidiano.

Segundo ele, o auditor independente exerce função auxiliar à dos órgãos reguladores e não é responsável pela gestão da sociedade. "Essa responsabilidade é dos acionistas e administradores", insistiu. Cantidiano afirmou que a responsabilidade do auditor independente que não tenha identificado situações adversas à entidade auditada é de caráter subjetivo: só é estabelecida após a comprovação da culpa e com a demonstração de que o prejuízo alegado decorreu de negligência ou imperícia do auditor. "Não há responsabilidade civil ou criminal do auditor por conta de fraude nas DC praticada por terceiro ou em decorrência de a auditoria não ter identificado situação adversa aos interesses da entidade auditada. Salvo se ficar comprovado que o auditor compactuou com a prática fraudulenta ou, tendo descoberto a fraude, não a tenha denunciado, como determinam as NBCs TA 200 e 240", finalizou.

A visão da CVM e do MP

Após ouvir as argumentações de Nelson Carvalho e Luiz Leonardo Cantidiano, Ana Novaes disse que assinava embaixo de ambos os pareceres apresentados e recomendava a leitura. "São excelentes", disse a diretora da CVM. E continuou: "O auditor é o protetor dos interesses públicos, o *gatekeeper*. E, como já disse na Conferência realizada pelo Ibracon no ano passado, sem auditoria não há mercado de capitais". No entanto, destacou que as ações do auditor impactam a vida de muitas pessoas e que cabe à CVM "aplicar as penalidades sem prejuízo da responsabilidade civil e penal". Segundo ela, dos 37 processos levados a julgamento pela CVM, apenas um foi concluído com a suspensão do auditor; 12 resultaram em multas entre R$ 13.500 e R$ 500 mil; e dois absolveram o auditor envolvido.

Também frisando a importância da auditoria para a sociedade, o promotor Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos comentou as doutrinas de responsabilidade civil (objetiva e subjetiva) que poderiam ser aplicadas aos auditores. "Do ponto de vista legal, como fica a responsabilidade do auditor: ela depende da demonstração de culpa, é objetiva ou deve ser presumida? Esses são os aspectos que devemos debater para chegarmos a uma decisão que traga segurança jurídica a todos", disse.

Segundo ele, na responsabilidade subjetiva, o ônus da prova é da vítima, o que eleva os custos e atrasa demais o processo, com risco de não haver punição. A responsabilidade objetiva pune tanto o auditor culpado quanto aquele que tomou os cuidados necessários, mas se viu envolvido em

Ibracon/Paulo Fischer

ERONIDES APARECIDO RODRIGUES DOS SANTOS: "A MELHOR ALTERNATIVA É O AUDITOR PROVAR SUA INOCÊNCIA"

um processo. "Na responsabilidade objetiva, não é necessário produzir prova e o réu é obrigado automaticamente a indenizar", afirmou.

Por isso, ele apresentou o que chamou de via alternativa, já adotada em casos que envolvem instituições financeiras. "A orientação mais recente do Superior Tribunal de Justiça no que diz respeito à responsabilidade de controladores e administradores de instituições financeiras é trabalhar com uma via alternativa, que é a responsabilidade civil subjetiva com presunção de culpa. É um sistema intermediário que prevê a responsabilização civil com a inversão do ônus da prova", explicou.

Segundo ele, trata-se de uma alternativa que dá ao auditor a possibilidade de provar sua inocência ou que sua conduta não foi culpável. "Ele tem acesso a provas. Dispõe dos papeis que lhe foram apresentados pela companhia quando da auditoria", afirmou o promotor. "O caminho mais breve é esse e os auditores podem provar sua inocência", garantiu.

Aspectos negativos

Antes de encerrar o painel, Sérgio Varella Bruna argumentou que, do ponto de vista da cronologia dos fatos, não se pode entender "como o que vem depois no tempo (a auditoria) pode ser causa do que aconteceu antes (a fraude)". Ele também enfatizou que o Código Civil determina que a indenização se mede pela extensão do dano.

Em sua opinião, é preciso ampliar o debate, incluindo outros usuários da informação contábil e da auditoria. No entanto, ele tem firme convicção de que a presunção de culpa, com inversão do ônus da prova, como proposto pelo promotor Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, tem aspectos muito negativos.

"A via alternativa sugerida e já adotada em relação a instituições financeiras não cabe para as firmas de auditoria por causa do arresto de bens. Ao contrário do que ocorre com instituições financeiras em liquidação extrajudicial, a firma não está falida. Ela está solvente, funciona normalmente e precisa de seus bens. Mas a presunção da culpa coloca o auditor como réu na mesma ação contra o gestor, sujeito igualmente a arresto de bens e bloqueio de contas. Portanto, é uma situação insustentável para as auditorias", afirma o advogado.

Outro aspecto negativo é o prejuízo à imagem da firma, que depende de sua credibilidade. "Com a presunção de culpa, o arresto de bens é imediato e a firma deixa de ser inocente até provar o contrário", finaliza Bruna.

Os avanços do Ibracon agora em vídeo!

No cumprimento de sua missão de manter a confiança da sociedade na atividade de auditoria independente e a relevância da atuação profissional, o Ibracon lança seu vídeo institucional, ampliando sua comunicação com a sociedade.

Este vídeo será mais um porta-voz dos avanços da profissão, de sua contribuição para o desenvolvimento do País e da história de mais de 40 anos do Ibracon neste processo.

Assista ao vídeo pelo seu celular

Assista ao vídeo institucional:
www.ibracon.com.br/institucional

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Comunicação Ibracon

O caminho do sucesso para as FAPMP

ESPECIALISTAS APONTAM OS PRINCIPAIS DESAFIOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA INCREMENTO DOS NEGÓCIOS DAS FIRMAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTES

As possibilidades de melhoria dos negócios das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) foram o eixo central dos debates do segundo dia da 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente.

Os palestrantes convidados apresentaram os principais desafios de maneira objetiva, sempre com a preocupação de mostrar eventuais caminhos a serem seguidos para superar os obstáculos.

Entre os temas que merecem atenção dos empreendedores das FAPMP estão a própria competitividade entre as firmas de auditoria; a necessidade de investimento em qualificação das equipes; a participação nos programas de educação continuada; a adequação às regras de mercado; e a utilização de novas metodologias e recursos tecnológicos.

Giancarlo Attolini, presidente do Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (SMPC) da Federação Internacional dos Contadores (Ifac), enfatizou o trabalho conjunto com o Ibracon para a divulgação das normas internacionais. "É preciso encontrar um caminho para se adaptar às melhores práticas de auditoria. Não é fácil, mas existem muitas iniciativas que podem auxiliar, como os guias desenvolvidos pela Ifac, com alguns deles já traduzidos para o português", afirmou.

Ele também demonstrou entusiasmo com as FAPMP brasileiras, que iniciaram 2014 com muito otimismo, ao contrário do restante do mercado global, de acordo com uma pesquisa realizada no final do ano passado. Segundo Attolini, "o levantamento apontou que a economia brasileira continua se desenvolvendo e cria um ambiente competitivo para as FAPMP".

EDUARDO POCETTI, MÔNICA FOERSTER E GIANCARLO ATTOLINI

Ibracon/Luís Germano

ALMIR PELÓI, CARLOS SOUSA, GUY ANDRADE, GIANCARLO ATTOLINI, PAULO CÉSAR PEPPE E RICARDO RODIL

Qualificação profissional

Integrante do SMPC, da diretoria da Seção Regional de Porto Alegre e do Grupo de Trabalho de FAPMP do Ibracon, Mônica Foerster enfatizou que "as firmas pequenas e médias devem buscar o máximo de aperfeiçoamento e atualização técnica para desenvolver um trabalho de excelente qualidade dentro do seu próprio perfil e do perfil dos seus clientes".

Na opinião dela, somente assim será possível enfrentar a concorrência, investindo no aprimoramento da mão de obra e na qualificação dos próprios empreendedores, donos das firmas. "É uma realidade de mercado que existe em qualquer profissão. É preciso buscar desenvolver equipes engajadas, que vistam a camisa da empresa", disse Mônica.

Almir Pelói, do GT de FAPMP, acredita que as dificuldades são ainda maiores para as firmas que estão fora dos grandes centros urbanos. "Temos muito trabalho pela frente na questão da qualificação profissional. Se é difícil para quem atua em grandes cidades, como São Paulo, imagine como é levar o conhecimento para o restante do Brasil. Também precisamos ter em mente o alto custo que é para os donos de FAPMP virem a São Paulo participar de cursos e seminários. O resultado é um gap entre as normas internacionais e o que se pratica no mercado local", admitiu.

Ibracon/Luís Germano

VÂNIA BORGERTH, PAULO CÉSAR SANTANA, THOMAS BRULL E ANTONIO CARLOS PALÁCIOS

Paulo César Peppe, também membro do GT de FAPMP, alertou para a necessidade de investir na área de tecnologia e no aprimoramento de metodologias. "Antigamente, a metodologia era menos complexa. A tecnologia, então, era o lápis e a borracha. Hoje, não podemos descuidar disso. Muitas empresas não dão esse foco, mas a qualidade de seu trabalho é questionável".

A comparação entre as FAPMP e as grandes firmas não pode ser desconsiderada, na visão de Antonio Carlos Palácios, membro do Conselho de Administração do Ibracon e presidente do CRC-RS. Ele acredita que tudo o que ocorre com as grandes, ao longo do tempo, acaba se repetindo com as pequenas e médias.

"A diferença é que as FAPMP não

O MAIS IMPORTANTE É CADA FIRMA DEFINIR SUA ESTRATÉGIA, SEU NICHO DE ATUAÇÃO

têm suporte para sustentar algumas demandas como as grandes. Então, precisamos cada vez mais aprimorar a educação continuada, para ter condições de fazer uma avaliação e evitar correr riscos acima do que temos condições de suportar", opinou Palácios.

Carlos Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, disse que os desafios existem para todos, independentemente do tamanho. "O mais importante é cada firma definir sua estratégia, seu nicho de atuação e sua perspectiva de crescimento. Não necessariamente uma firma pequena ou média precisa ter o crescimento como sua principal missão. Ela pode ter como meta permanecer do mesmo tamanho, mantendo o mesmo tipo e a mesma qualidade de serviços para a sua base de clientes atual".

Ricardo Rodil, do GT de FAPMP, elencou uma série de aspectos que devem ser observados para garantir o progresso das firmas de pequeno e médio portes. Ele destacou a importância de colocar na ponta do lápis os custos para fazer as contas da própria firma e chamou a atenção para a necessidade de se adaptar às regulamentações, discutindo os temas detalhadamente no âmbito de entidades como o Ibracon.

Rodil insistiu na necessidade de as FAPMP desenvolverem ações que mudem a cultura organizacional dos empreendedores em geral, dos clientes das auditorias. "Não há uma fórmula, mas temos de encontrar uma maneira de mostrar que somos úteis", ponderou.

Clientes sem segredos

Os especialistas convidados pelo Ibracon também discutiram a importância da transparência nas PMEs e como as firmas de auditoria de pequeno e médio portes podem contribuir com esses empreendedores.

Thomas Brull, da Comissão do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), afirmou que um dos princípios básicos da governança corporativa que pode auxiliar as PMEs é a transparência. "É aí que entram as FAPMP, para mostrar a importância da governança corporativa, independentemente se as empresas são obrigadas ou não a apresentar balanços. A transparência pode ser trabalhada de forma externa e interna. Então, pensando internamente nas PMEs, estamos falando de informações relevantes para a tomada de decisão, controles e alinhamento entre as várias áreas da empresa".

Vânia Borgerth, assessora da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), reforçou que em todas as operações, da solicitação de crédito à abertura de capital, "é importante mostrar para as PMEs que até para uso interno elas precisam apostar na transparência, apresentar informação de qualidade. Porque o primeiro usuário tem de ser ela. Antes mesmo de disponibilizar os dados para fora, a empresa deve saber o que está acontecendo no próprio negócio".

Questionada sobre os elevados custos para as PMEs contratarem firmas de auditoria, ela lembrou que este é, justamente, um mercado a ser explorado pelas FAPMP. "O custo de não saber pode ser muito mais alto do que o custo de se aparelhar para se manter informado sobre a própria empresa", garantiu.

Como o BNDES não opera diretamente com PMEs, mas apoia convênios e fundos de investimentos que buscam participação societária nessas empresas, Vânia Borgerth explicou que, apesar de haver IFRS para pequenas e médias empresas, "geralmente já é requerido que a empresa que receberá o aporte opere no IFRS *full*, porque é o padrão contábil necessário para a abertura de capital, que é um dos objetivos dos investidores".

Paulo César Santana, diretor de Regionais do Ibracon, ressaltou que as FAPMP podem ser fundamentais se atuarem com o suporte de *back office* das PMEs. "Os donos de PMEs, muito focados na parte operacional do dia a dia, não têm tempo para cuidar de informações importantes. O resultado pode ser um crescimento desestruturado. As firmas de auditoria podem ajudar as PMEs a se organizarem, implantando controles e revisando procedimentos internos", disse Santana.

Abaixo o preconceito

Outro mercado importante para as FAPMP são as companhias de capital

Ibracon/Luis Germano

FRANCISCO SANT'ANNA, GUY ANDRADE, CLÁUDIO FIGUEIREDO E ALEXANDRE PISSOLATTO

TRABALHOS PONTUAIS SÃO A PORTA DE ENTRADA PARA AS FAPMP NO MERCADO DE BANCOS

aberto. Neste ponto, no entanto, existem não somente as barreiras relacionadas à capacitação profissional, tecnologia ou metodologias, mas principalmente a resistência das empresas com ações na Bolsa de Valores em contratar firmas de pequeno e médio portes.

Para Guy Almeida Andrade, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, é fundamental acabar com essa falsa imagem de que as firmas pequenas não apresentam qualidade. "Podemos reverter essa situação, de um lado com as FAPMP melhorando suas estruturas e ganhando credibilidade para construir uma marca de confiança no mercado. Do outro lado, temos os capacitadores natos, como o próprio Ibracon, atuando para melhorar a imagem da profissão e apostando na atualização dos auditores".

Francisco Sant'Anna, diretor de Comunicação do Ibracon, também assegurou que muitas FAPMP estão altamente capacitadas para atender as empresas de capital aberto. E alertou que, para se habilitar, as firmas pequenas e médias, precisam, em primeiro lugar, estar aderentes à instrução CVM 308, que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários. Ele ressaltou, ainda, a importância do registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (Cnai), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

"Além de cumprir as exigências, as firmas devem estar aptas para fazer a gestão de controles internos de processos, receber pedidos de revisão, participar da educação continuada, criar metodologias internas de monitoramento da qualidade dos seus trabalhos e participar das atividades do Ibracon com o objetivo de trocar ideias e fomentar a participação no mercado das empresas de capital aberto", enumerou Sant'Anna.

Os representantes das instituições financeiras que participaram da 4ª Conferência confirmaram que as FAPMP podem atender seus clientes com qualidade. Cláudio Rodrigues Figueiredo, gerente executivo de Consultoria e Mudanças na Diretoria de Finanças do Banco Rabobank, esclareceu que elas devem mostrar a cara no mercado. "No caso dos bancos, uma porta de entrada para essas firmas são trabalhos pontuais, uma vez que as instituições financeiras também estão sendo muito exigidas pelas novas legislações do Banco Central, como a política sobre gerenciamento de capital, que demanda auditoria para revisão dos dados, que pode ser terceirizada para uma das FAPMP", disse Figueiredo.

Alexandre Pissolatto, gerente executivo na Diretoria de Crédito do Banco do Brasil, explicou que, na área em que atua, de análise de risco e limite de crédito, é fundamental que as empresas apresentem boas informações no demonstrativo contábil auditado. "As firmas devem se preparar para nos apresentar um trabalho que facilite a leitura da tendência dos números da empresa. O relatório de auditoria nos auxilia a fazer análise de projeção para definir, por exemplo, o nível de assistência para a empresa ou o *rating*, que é a avaliação dos riscos da empresa", disse Pissolatto.

Ibracon/Luís Germano

VALDIR COSCODAI, EDUARDO VASCONCELOS, CLÁUDIO LONGO, WANDERLEY OLIVETTI E FABIAN JUNQUEIRA

Novo relatório do auditor

O primeiro painel da 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon tratou do novo relatório do auditor independente, proposto pela International Federation of Accountants (Ifac). Coordenado por Eduardo Vasconcelos, diretor de Administração e Finanças do Ibracon Nacional, o painel foi aberto por Valdir Coscodai, do Comitê Internacional de Normas de Auditoria da Ifac e da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, seguido de Cláudio Longo, coordenador do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon, Fabian Junqueira, membro da CNNT, e Wanderley Olivetti, coordenador da CNNT.

Os participantes do painel destacaram a importância do novo relatório. "Assim como o mundo corporativo passa por diversas mudanças, o relatório do auditor independente não pode ficar estagnado", destacou Vasconcelos.

Coscodai resumiu as principais propostas de alteração e comentou algumas características dos relatórios publicados atualmente na Europa. "O padrão do relatório tem sido o mesmo há décadas. Ele é percebido como um documento de natureza binária, que aprova ou reprova as demonstrações contábeis. Nos últimos anos, pesquisas mostraram que os investidores e *stakeholders* valorizam os relatórios da auditoria, mas eles não eram lidos porque ficaram padronizados, iguais", disse Coscodai.

Segundo ele, dois grandes *drivers* impulsionaram as mudanças. "A tendência crescente é de relatórios mais informativos", explicou. O primeiro indutor foi a própria demonstração contábil, que ficou muito mais informativa, apresentando mais julgamentos em relação aos números e divulgações, adotando novos conceitos, como *impairment*, valores justos e outros.

O outro *driver* foi a crise financeira internacional iniciada em 2008. Passou-se a questionar por que empresas com boas demonstrações contábeis passaram a apresentar dificuldades financeiras sem nada ter sido reportado anteriormente.

Em resposta a essas pressões, diversos órgãos normativos e reguladores iniciaram projetos de revisão do relatório, que estão em diferentes estágios.

Coscodai falou das mudanças que vêm sendo propostas no Reino Unido, nos Estados Unidos e na União Europeia, antes de detalhar os aperfeiçoamentos sugeridos pelo International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb), que emite as normas de auditoria adotadas no Brasil. "O Iaasb colocou um conjunto de normas em audiência pública em 2013, resultado de três anos de pesquisas. A expectativa é que elas sejam emitidas neste ano, para serem aplicadas nos relatórios de 2017 sobre as demonstrações encerradas em 31/12/2016.

Mudanças estruturais

Cláudio Longo falou sobre como era e é, atualmente, o relatório do auditor independente, para, na sequência, antecipar algumas mudanças que estão sendo estudadas. Ele disse que o novo relatório vai começar pela opinião – uma mudança geográfica que, a rigor, não causa impactos. A seguir, haverá um parágrafo para explicar a base para a emissão da opinião ou para justificar, caso tenha decidido abster-se de opinar.

"A partir daí o relatório entra nos assuntos-chave de auditoria, que estão em uma norma específica, a ISA 701", disse Longo. Segundo ele, outro aspecto importante é que o auditor deverá se manifestar sobre a continuidade da entidade. "A tendência é que se mantenha a praxe de comentar apenas as exceções, quando houver de fato um problema de continuidade", explicou. Ele concluiu dizendo que o relatório, que tinha cerca de uma lauda, passará a ocupar de três a quatro laudas.

Na sequência, Fabian Junqueira detalhou aspectos da ISA 701. Segundo ele, um dos principais pontos do novo relatório é alcançar a comunicação dos assuntos-chave em auditoria dentro dele. "A norma 701 é nova dentro do contexto de mudança do relatório e é composta por quatro seções: alcance, objetivo, definição e requerimentos", explicou.

Longo acrescentou que a norma define que os assuntos-chave de auditoria são:

• aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos para a auditoria das demonstrações contábeis do período corrente; e
• selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança das companhias.

Quanto aos requerimentos, é preciso:
• determinar os assuntos-chave de auditoria;
• comunicar os assuntos-chave de auditoria;
• identificar circunstâncias em que o auditor determina que não há assuntos-chave de auditoria;
• documentar os assuntos que serão comunicados como assuntos-chave.

Encerrando o painel, Wanderley Olivetti falou sobre a participação do Ibracon no processo das audiências públicas do Iaasb. "Antes de emitir novas normas de auditoria, o Iaasb abre um processo de audiência pública, para comentários e sugestões sobre o que está sendo proposto para modificação", explicou.

No Ibracon, a análise se inicia no Comitê de Normas de Auditoria (CNA) e segue para a Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT). Ao final, o Ibracon emite uma carta com sugestões sobre as normas propostas. "Essa participação é importante. Tem caráter educacional e nos coloca no centro dos debates. O Brasil não importa pura e simplesmente uma norma pronta. Nós participamos ativamente do processo de análise e oferecemos sugestões", disse Olivetti, discorrendo a seguir sobre diversas normas analisadas pelo Ibracon.

Resumo das propostas do Iaasb

Independência – apresentação de uma **declaração explícita sobre a independência** do auditor e as fontes das exigências relacionadas com independência.

Identificação do nome do sócio do trabalho – proposta de transparência com relação ao nome do sócio do trabalho, que é prática comum em muitos países, mas não em todos. Essa exigência é dirigida a auditorias de companhias de capital aberto e sujeita à exceção para casos que representam perigo (*harm's way exemption*).

Aprimoramento da redação e da estrutura existentes – além de exemplificar um relatório reestruturado, que evidencia a opinião do auditor e as informações específicas da entidade em primeiro lugar, propõe melhorar as descrições da auditoria e as responsabilidades do auditor tanto para atualizá-las quanto para fornecer explicações de conceitos técnicos.

Assuntos-chave de auditoria – uma nova seção do relatório do auditor sobre sociedades com ações negociadas em bolsa irá descrever os "assuntos-chave de auditoria" (KAMs). O objetivo é proporcionar **maior transparência aos assuntos que a auditoria considerou mais importantes** – descrições personalizadas, específicas do trabalho.

Capacidade de continuidade operacional – uma nova seção do relatório do auditor sobre a capacidade de continuidade operacional da sociedade (*going concern*). O Iaasb originalmente propôs incluir as conclusões do auditor sobre a adequação do uso por parte da administração da base contábil da capacidade de continuidade operacional e sobre dúvidas substanciais. Isso deverá mudar, com base nos comentários de muitos entrevistados, objetivando uma solução mais holística.

Outras informações – uma nova seção com a descrição das **responsabilidades do auditor** com relação a "outras informações" que acompanham as demonstrações contábeis e um reporte por exceção em relação ao resultado do trabalho feito (no Brasil, o Relatório de Administração).

Atualidades das IFRS

O painel *Atualidades das IFRS*, coordenado por Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon Nacional, contou com as participações de Amaro Gomes, membro do International Accounting Standards Board (Iasb); José Carlos Bezerra, superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Renato Kiyotaka Uema, chefe adjunto do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central; e Verônica Souto Maior, vice-presidente Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Amaro Gomes concentrou sua explanação nas atualizações mais recentes e nos projetos de maior interesse do mercado brasileiro. Entre as normas recém-publicadas, ele destacou a IFRS 14 – Regulatory Deferral Accounts, que entra em vigor em janeiro de 2016; a IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers, com vigência prevista para janeiro de 2017; e a IFRS 9 – Financial Instruments, que vai vigir a partir de janeiro de 2018.

Amaro Gomes também apresentou os projetos em desenvolvimento no Iasb. Segundo ele, a entidade trabalha nas IFRS para *insurance contracts* e para *leases*, propondo, ainda, uma revisão da norma para as pequenas e médias empresas.

"A norma para *leases* deverá ser publicada em 2015. Quanto à IFRS para *insurance contracts*, nosso objetivo é aumentar a comparabilidade e a transparência das entidades que emitem contratos de seguros. O *exposure draft* revisado dessa norma foi emitido em junho de 2013 e as novas deliberações saíram em março deste ano. Acredito que teremos um texto final ainda em 2014, para edição em 2015", adiantou o representante do Iasb.

Ele também comentou o *exposure draft* do Conceptual Framework e o *discussion paper* já emitido sobre Accounting for Dynamic Risk Management – A portfolio revaluation approach for macro hedge. E acrescentou que o Iasb prepara *discussion papers* sobre Disclosure Initiative e Rate Regulated Activities.

Na sequência, Veronica Souto Maior abordou os desafios e oportunidades na adoção das normas recentemente aprovadas pelo Iasb e pelo CFC, enfatizando a importância das mesmas para as pequenas e médias empresas. Segundo a vice-presidente Técnica do CFC, o novo ordenamento contábil elevou de maneira significativa o grau de subjetividade. "A nova contabilidade requer o uso de julgamento profissional e o envolvimento da alta administração da empresa", disse. Ela também destacou a necessidade de investimentos na formação profissional com qualidade, tanto de preparadores quanto de auditores.

Os reguladores

O painelista Renato Uema, do Banco Central, falou sobre as IFRS no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Segundo ele, o BC trabalha para reduzir assimetrias: "Queremos minimizar as diferenças entre as normas de contabilidade aplicáveis às demonstrações contábeis individuais das instituições financeiras e as normas aplicáveis às demonstrações consolidadas elaboradas em padrão IFRS", disse.

"A redução das assimetrias vai proporcionar queda nos custos de observância das instituições financeiras, assim como diminuir os gastos com supervisão e auditoria. Além, claro, de melhorar a comparabilidade entre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", afirmou.

Segundo ele, o alinhamento à norma internacional IFRS depende da análise de eventuais restrições legais e do respectivo impacto no Sistema Financeiro Nacional. "Temos de avaliar os custos e benefícios diante das questões de natureza conjuntural que envolvem o SFN", disse.

Em sua opinião, vários fatores tornam o processo gradual, "tais como a competência legal e o natural conservadorismo que está na essência da regulação bancária, assim como não podemos nos esquecer de que o BC integra o Accounting Experts Group (AEG, antigo ATF) do Comitê de Basileia", concluiu.

Antes de apresentar o próximo palestrante, o coordenador Idesio Coelho destacou que a visão do regulador do SFN era

Ibracon/Luís Germano

AMARO GOMES, VERÔNICA SOUTO MAIOR, IDÉSIO COELHO, RENATO UEMA E JOSÉ CARLOS BEZERRA

muito importante e que a presença de Uema na 4ª Conferência do Ibracon sinaliza uma aproximação relevante com o BC, para tratar de assuntos que também dizem respeito aos auditores independentes. "Nesse processo de entendimento gradual, nós, auditores, podemos ajudar o regulador em questões como cooperativas de crédito, que é um mercado de atividades que impacta diretamente as firmas de auditoria de pequeno e médio portes", sugeriu o diretor Técnico do Ibracon Nacional, passando a palavra a José Carlos Bezerra, da CVM.

O superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria falou sobre os projetos em andamento na entidade, discorrendo sobre as audiências públicas mais recentes.

Sobre a minuta de interpretação técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio *(funding)* Mínimo e sua Interação, Bezerra explicou que, na revisão dos documentos do CPC 33, julgou-se mais adequado manter o mesmo padrão do Iasb e segregar a interpretação equivalente à Ifric 14 como uma ICPC, "numerada agora como ICPC 20".

Ele também destacou a audiência pública da minuta da ICPC 09(R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que considera de grande importância para o ambiente brasileiro, assim como a minuta de deliberação que aprova a Orientação Técnica OCPC 07 do CPC.

A OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Especificamente, dispõe sobre a evidenciação das informações próprias das demonstrações contábil-financeiras anuais e intermediárias, em especial das contidas nas notas explicativas.

Bezerra frisou que o tema dessa OCPC tem relevância global, pois o excesso de evidenciação e de *disclosure* vem sendo apontado em todo o mundo. "Há um excesso de zelo por parte de quem elabora e de quem revisa essas informações. Excesso que cria um problema sério", disse. "A emissão da orientação sobre os aspectos qualitativos e quantitativos das divulgações contidas nos relatórios contábil-financeiros beneficiará o mercado brasileiro como um todo. Precisamos chegar a caminhos que tragam para as demonstrações contábeis apenas as informações que realmente interessam aos usuários no sentido de orientar suas decisões sobre uma entidade", garantiu.

País precisa de mais

CONVIDADO ESPECIAL DA 4ª CONFERÊNCIA DO IBRACON, ECONOMISTA-CHEFE DA FEBRABAN DEFENDE TROCA DO MODELO DE CRESCIMENTO DO BRASIL

O Brasil superou um quadro de alto desemprego, crédito baixo e grande capacidade ociosa da indústria pela via do aumento da demanda e do crescimento do consumo. O desafio, agora, é ampliar os investimentos e elevar a capacidade produtiva. Para isso, a agenda do próximo presidente da República deve priorizar ações que induzam a transição de um modelo de expansão econômica baseada no consumo para outro, calcado em investimentos e ampliação da oferta de crédito a longo prazo. O País também necessita de mais investimentos em educação, para melhorar a qualificação e a produtividade.

A análise é de Rubens Sardenberg, economista-chefe e diretor de Assuntos Econômicos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), convidado especial da 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, promovida pelo Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Em sua palestra *O sistema financeiro e as perspectivas econômicas para o Brasil*, Sardenberg falou dos desafios brasileiros, mas ressaltou: "É importante notar que esses ajustes estão ao alcance da economia brasileira e não dependem de negociações com credores internacionais. Então, temos um cenário favorável, com o desafio de migrar de uma economia baseada no consumo para uma economia baseada em investimentos", afirmou.

A questão, para ele, é como fazer essa transição. Sardenberg explicou que o País precisa de mecanismos para financiar os

Ed Guimarães

RUBENS SARDENBERG

investimentos e que o setor público terá de contribuir nessa direção. "É preciso encontrar uma fórmula para reduzir os gastos correntes e ampliar investimentos. O Brasil investe hoje 18% do PIB e precisa ampliar os investimentos para 22%, 23% ou 24% do PIB, especialmente na área de infraestrutura e precisa saber como fazer isso", disse.

Em sua opinião, o País também precisa encontrar alternativas para aumentar investimentos privados, tanto do ponto de

investimentos

Mediaphoto/Thinkstock Stockbyte/Thinkstock Goodluz/Thinkstock AFNR/Shutterstock

vista da poupança doméstica como da poupança externa. Outro desafio é a questão do *funding* de longo prazo, para ampliar os financiamentos. Ele afirma que esse processo de alongamento de prazos já está em andamento no Brasil, mas é um desafio que vai continuar.

Sardenberg destacou a importância do mercado de capitais, peça fundamental para ampliar os instrumentos de financiamento, e do ambiente regulatório brasileiro, que deve funcionar para ampliar as garantias dos investimentos privados.

"Nesse ponto, o Brasil avançou muito. Os investimentos privados em infraestrutura mostram que estamos na direção certa", disse.

Cenário brasileiro

O economista explicou que ao longo dos últimos meses, houve uma deterioração das expectativas quanto à expansão do PIB brasileiro, que deve crescer menos do que o previsto. "Isso reflete um certo esgotamento de um modelo econômico, que foi muito impulsionado pela demanda. Havia fatores de produção ociosos e foi possível crescer sem pressões inflacionárias adicionais, até porque havia uma capacidade de importação muito grande", disse.

Quanto à inflação na casa dos 6%, Sardenberg avaliou que é um dado positivo em relação aos índices brasileiros precedentes, mas preocupante quando comparado a outras economias e, principalmente, aos parceiros comerciais do Brasil, cuja média é de 3% ao ano. "A inflação na casa de 6% está associada a um desequilíbrio quanto a preços relativos, já que o índice de inflação sobre serviços está na faixa de 8%. Há diferenças na composição do índice, mas isso não é uma coisa dramática e ajustes terão de ser feitos pelo Governo".

Sardenberg avalia que o superávit fiscal brasileiro está abaixo do esperado, mas a relação dívida pública/PIB se encontra em patamares confortáveis. E o País conta com reservas cambiais elevadas, enquanto a manutenção do câmbio flutuante facilita os ajustes, se necessários.

Por último, o economista apontou para a expansão do crédito, que representava 25% do PIB até 2004 e, hoje, atinge a 56%, passando de R$ 500 bilhões para R$ 2,8 trilhões de reais. "O crédito acompanha o crescimento econômico desde que você tenha condições favoráveis", afirmou.

Para ele, a boa notícia é que o setor financeiro mostra condições para voltar a alavancar o crédito, porque tem níveis de capitalização muito favoráveis. "Isso tem sido feito de uma maneira muito positiva. As carteiras estão mais saudáveis e os níveis de inadimplência estão melhores. O setor financeiro apresenta, portanto, condições para que se volte a crescer a um nível mais alto".

Panorama global

Sobre o cenário internacional, Sardenberg destacou a trajetória de recuperação da economia dos Estados Unidos. No curto prazo, isso coloca um desafio ao Brasil: a taxa de juros norte-americana deverá subir, provocando certo impacto no câmbio. No longo prazo, as expectativas são boas com relação à volta do crescimento da economia americana, que representa de 20% a 25% do PIB mundial.

Na Europa, as perspectivas de crescimento continuam fracas, porque a Zona do Euro apresenta problemas estruturais, difíceis de reduzir no curto prazo. "Havia um risco de ruptura financeira na Europa, que agora está afastado. Isso é uma boa notícia para a economia mundial", afirmou.

Com relação à China, Sardenberg disse que o país cresce menos do que antes, mas continua sendo uma economia extremamente importante para o Brasil, em razão do comércio exterior e do direcionamento das exportações brasileiras.

Ele explicou que a China tenta transitar de uma economia de investimentos para uma economia de consumo, ao contrário do que deve acontecer com o Brasil.

"Do ponto de vista do crescimento, há uma estabilização, mas é um patamar razoável, na casa de 7%. Essas mudanças de padrão devem ter certo impacto no curto prazo, mas, para o Brasil, o cenário chinês é bastante favorável", disse.

A China deverá expandir o consumo de alimentos, setor em que enfrenta dificuldades, mas no qual o Brasil tem grande competitividade e, portanto, vai continuar se beneficiando da demanda chinesa.

Wilma Temin

Bate-bola

Quais são as perspectivas de aquisições e fusões para o segmento de bancos nos próximos anos?

O setor bancário no Brasil passou por um processo de consolidação, nos últimos anos. Do ponto de vista das instituições, o setor está mais consolidado. Temos dois grandes bancos privados, dois grandes bancos públicos e um estrangeiro, que são os maiores.

Mas também há um grande segmento de bancos médios e pequenos, para os quais é possível imaginar ganhos de escala e especialização. Ainda há um movimento nessa direção.

O mais interessante, quanto a fusões e aquisições, é um movimento para fora, externo. De forma geral, os bancos brasileiros sempre foram locais e presentes no mercado brasileiro. Quando iam para o mercado externo, o faziam para captar recursos para a economia brasileira. De alguma maneira, isso vai continuar.

Mas a novidade é um movimento de instituições brasileiras buscando mercados externos, principalmente na América Latina, aproveitando as oportunidades e ampliando presença em outros mercados.

Como o senhor avalia as medidas recentes do Governo visando a facilitar o crédito?

De forma geral, são positivas. O Governo trabalhou, de um lado, a questão dos juros, para fazer o controle da inflação, e, de outro, revisou as medidas prudenciais aplicadas em 2009 e 2010 e que hoje não são mais necessárias. O mercado já se ajustou e não existem mais os problemas específicos daquela época. Nesse sentido, a decisão veio na direção correta. Mas o crescimento mais acelerado do crédito vai depender de um cenário macroeconômico de recuperação. As condições estão melhores, mas uma recuperação mais acentuada vai acontecer no momento em que a economia voltar a crescer. A economia está crescendo relativamente pouco e, em função disso, é difícil esperar que o crédito acelere rapidamente também.

Ferramenta essencial para contadores, auditores independentes, auditores internos e empresas

2014

Em breve, lançamento da versão eletrônica!

A obra Normas Internacionais de Relatório Financeiro, em dois volumes, inclui as últimas versões consolidadas de todas as IFRS, incluindo as IFRS, IAS e Interpretações. Estão incluídas, ainda, as alterações às normas com data de vigência posterior a 1º de janeiro de 2014.

A publicação traz a seção Mudanças nesta Edição, que é um guia resumido das alterações promovidas nas normas internacionais desde a edição de 2013.

A versão em português estará disponível no formato eletrônico (e-book), acessível em computadores e dispositivos móveis.

Compatível com os sistemas operacionais:

Windows · OS X · Linux · Android · IOS *

* Em desenvolvimento

Comunicação Ibracon

Venda exclusiva: www.lojaibracon.com.br

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Único Órgão autorizado pela IFRS, no Brasil, a editar e traduzir a publicação.

Aguarde!

www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Meaneg/Thinkstock

Fortalecimento da profissão

Há vários anos o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil promove um conjunto de atividades para estreitar relações com a sociedade em geral.

Uma dessas ações, que fortalece a imagem da profissão junto aos seus públicos de relacionamento e à sociedade, é o *Prêmio Transparência Ibracon*, em suas duas versões: o *Prêmio Transparência de Jornalismo* e o *Prêmio Transparência Universitário.*

Criado em 2011, o Prêmio destina-se a reconhecer o trabalho da imprensa em prol da valorização e do fortalecimento da contabilidade e da auditoria independente, além de incentivar alunos de Ciências Contábeis a produzirem trabalhos sobre questões que favoreçam o desenvolvimento da atividade.

"O Ibracon representa contadores que atuam em auditoria independente e firmas de auditoria independente associadas. Somos porta-vozes da categoria e nossa missão é estimular a valorização da atividade, mantendo a confiança na prática da auditoria independente e a relevância da atuação profissional, salvaguardando e promovendo os padrões de excelência em contabilidade e em auditoria independente", explica Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon.

Segundo ele, os jornalistas desempenham papel fundamental na manutenção da confiança da sociedade na atividade contábil, atuando como elo entre o mercado e a sociedade. "Por isso, merecem todas as formas de reconhecimento", diz Pocetti, que também destaca a importância dos estudantes e dos professores para a perpetuação da profissão. "Os estudantes representam o futuro. Por isso é essencial valorizar quem, por meio de pesquisas, se prepara melhor para o exercício do trabalho".

PRÊMIO TRANSPARÊNCIA ESTREITA VÍNCULOS DO IBRACON COM JORNALISTAS E ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Premiados irão a Londres

Os jornalistas Maristela Girotto, da *Revista Brasileira de Contabilidade*, e Fernando Torres, do jornal *Valor Econômico*, foram os vencedores do *Prêmio Transparência de Jornalismo 2013*. A estudante Adalene Olívia Silvestre e seu professor orientador, Fernando Andrade Pereira, da Universidade de Caxias do Sul, ganharam o *Prêmio Transparência Universitário 2013*.

Os quatro participaram da 4ª Conferência, quando receberam a homenagem do Ibracon das mãos de Pocetti e de Zulmir Breda (CFC). E já estão de malas prontas para ir a Londres, na Inglaterra, para uma viagem de cinco dias, com todas as despesas pagas pelo Ibracon.

A programação inclui visitas ao International Accounting Standards Board (Iasb) e à Universidade de Oxford,

Ibracon/Luis Germano

Ibracon/Luis Germano

EDUARDO POCETTI (À ESQ.) E ZULMIR BREDA (À DIR.) ENTREGARAM OS PRÊMIOS A MARISTELA GIROTTO E FERNANDO TORRES (ACIMA) E A ADALENE SILVESTRE E FERNANDO PEREIRA (AO LADO)

INSCREVA SEU TRABALHO OU SUA REPORTAGEM NO PORTAL DO IBRACON

assim como outras atividades, para que os convidados mergulhem no universo da contabilidade e da auditoria independente em ambiente internacional, o que agregará conhecimento às suas carreiras.

A jornalista Maristela Girotto foi premiada na categoria Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com a reportagem *Ambiente regulatório prudencial e a convergência de normas das instituições financeiras*, publicada na edição de julho/agosto de 2013 da *Revista Brasileira de Contabilidade*.

Fernando Torres ganhou na categoria Sudeste e Sul, com a matéria *Passivo com aposentadoria vai aumentar*, publicada em janeiro de 2013 no jornal *Valor Econômico*.

A estudante Adalene Olívia Silvestre foi premiada pelo trabalho *Auditoria independente: um estudo sobre o conteúdo dos relatórios das demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros*, com a orientação do professor Fernando Andrade Pereira.

Fuse/Thinkstock

Você pode ser o próximo

Já estão abertas, até 21 de novembro, as inscrições para a 4ª edição do *Prêmio Transparência de Jornalismo* e do *Prêmio Transparência Universitário*. Para concorrer, as reportagens e os trabalhos acadêmicos devem ter como tema *A importância das normas internacionais de contabilidade e auditoria para o Brasil*, abordando:

- Transparência na prestação de contas;
- Vantagens dos relatórios financeiros para fins de governança;
- Vantagens dos relatórios financeiros para a prosperidade do País; e/ou
- Vantagens da atividade efetiva de regulação nas áreas de contabilidade e auditoria.

Podem ser inscritas no *Prêmio Transparência de Jornalismo* as reportagens de autoria de jornalistas com registro do Ministério do Trabalho, publicadas entre 31 de outubro de 2013 a 15 de novembro de 2014, em veículos impressos ou digitais, de periodicidade mínima trimestral.

No *Prêmio Transparência Universitário*, podem inscrever-se todos os alunos de cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, que na data limite de inscrição estejam vinculados a instituições de ensino superior regularmente registradas no Ministério da Educação e Cultura. Vale lembrar que nesta modalidade são premiados o estudante e seu professor orientador.

Para realizar a inscrição, é imprescindível que os interessados acessem o *hotsite*, leiam e concordem com o regulamento e preencham o formulário de pré-inscrição, que deverá ser impresso e assinado por todas as partes. E, depois, enviado pelos Correios, juntamente com o material.

Mais informações no Portal do Ibracon: www.ibracon.com.br, que tem atalhos para os *hotsites* do Prêmio.

ISA 720 Revisada

O Ibracon já enviou suas respostas às questões específicas contidas no processo de audiência pública da ISA 720 (Revisada) - Responsabilidades do auditor relativas a outras informações. Nos últimos anos, houve uma evolução significativa nos relatórios corporativos, em particular em relação à informação contida nos relatórios anuais da administração. A importância atribuída pelos usuários a essas informações aumentou muito desde que a ISA 720 foi publicada.

Como os auditores têm responsabilidades relativas a essas outras informações como parte da auditoria das demonstrações contábeis, o International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb) revisou a norma, visando a fortalecê-la. A proposta estipula que o auditor independente deverá executar determinados procedimentos para avaliar a consistência das outras informações em conjunto com as demonstrações contábeis auditadas.

Além disso, ao ler as outras informações, o auditor será responsável por considerar se existe uma inconsistência relevante entre elas e o conhecimento acumulado no curso dos exames da auditoria. Também deverá manter-se alerta para as indicações de que as outras informações possam conter distorções relevantes. Por fim, o auditor deverá incluir uma seção específica em seu relatório, indicando sua responsabilidade e a existência, ou não, de distorções ou inconsistências relevantes. O documento com as respostas do Ibracon pode ser acessado na área restrita aos associados no Portal do Ibracon.

Ibracon no CRC-SP Jovem

Desde 2004, o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP) mantém o CRC-SP Jovem, grupo que atua como interface entre o órgão e os novos profissionais e estudantes da área contábil.

Em julho, Ahmed Khatib, coordenador técnico do Ibracon, foi nomeado colaborador do grupo, para a gestão 2014-2015. O CRC-SP Jovem é o canal do Conselho para transmitir seu apoio e informações técnicas e motivacionais aos novos profissionais do setor.

Resposta da CVM

Em resposta ao Ibracon, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concordou em não exigir a obrigatoriedade do preenchimento das informações relativas ao antepenúltimo exercício nos formulários de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) nos casos em que as DF relativas ao mesmo período não contenham esses dados. A decisão servirá de base para a divulgação de orientação específica aos emissores.

Ibracon Digital Reader

O Ibracon criou uma ferramenta exclusiva para facilitar o acesso às informações de interesse para os profissionais do setor: o Ibracon Digital Reader (IDR). Ele será usado também para divulgar os Comunicados Técnicos (CT) emitidos pelo Ibracon. O *software* é gratuito. Acesse www.ibracon.com.br/idr.

GT Multidisciplinar

O Ibracon acaba de criar o Grupo de Trabalho (GT) Multidisciplinar, para tratar de temas como sustentabilidade, relato integrado, balanço social e efeito estufa, entre outros. A coordenadora do grupo é Meire Ferreira, diretora executiva de Sustentabilidade da EY. A primeira reunião do GT atraiu representantes de diversas firmas de auditoria.

O GT é um subgrupo da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT). Ao contrário dos demais grupos de trabalho do Ibracon (que só aceitam participação de contadores), este é aberto a profissionais de outras áreas, como marketing e mercado sustentável, para produzir discussões multidisciplinares.

Obra máxima da contabilidade

CONHEÇA O COMPLEXO TRABALHO REALIZADO PELO IBRACON, ANO APÓS ANO, PARA TRADUZIR E PUBLICAR O LIVRO IFRS

Quem abre um livro dificilmente tem plena noção de quanto trabalho ele deu ao autor. No caso de uma publicação técnica, o empenho dos envolvidos é ainda maior. Mas os resultados compensam. Foi o que aconteceu com o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ao longo dos muitos anos em que se gabaritou como tradutor oficial do Livro de Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), do International Accounting Standards Board (Iasb). O ganho de aprendizado obtido ao longo do processo tem sido revertido, ano após ano, em benefícios para os associados e as classes contábil e empresarial.

Arquivo Ibracon

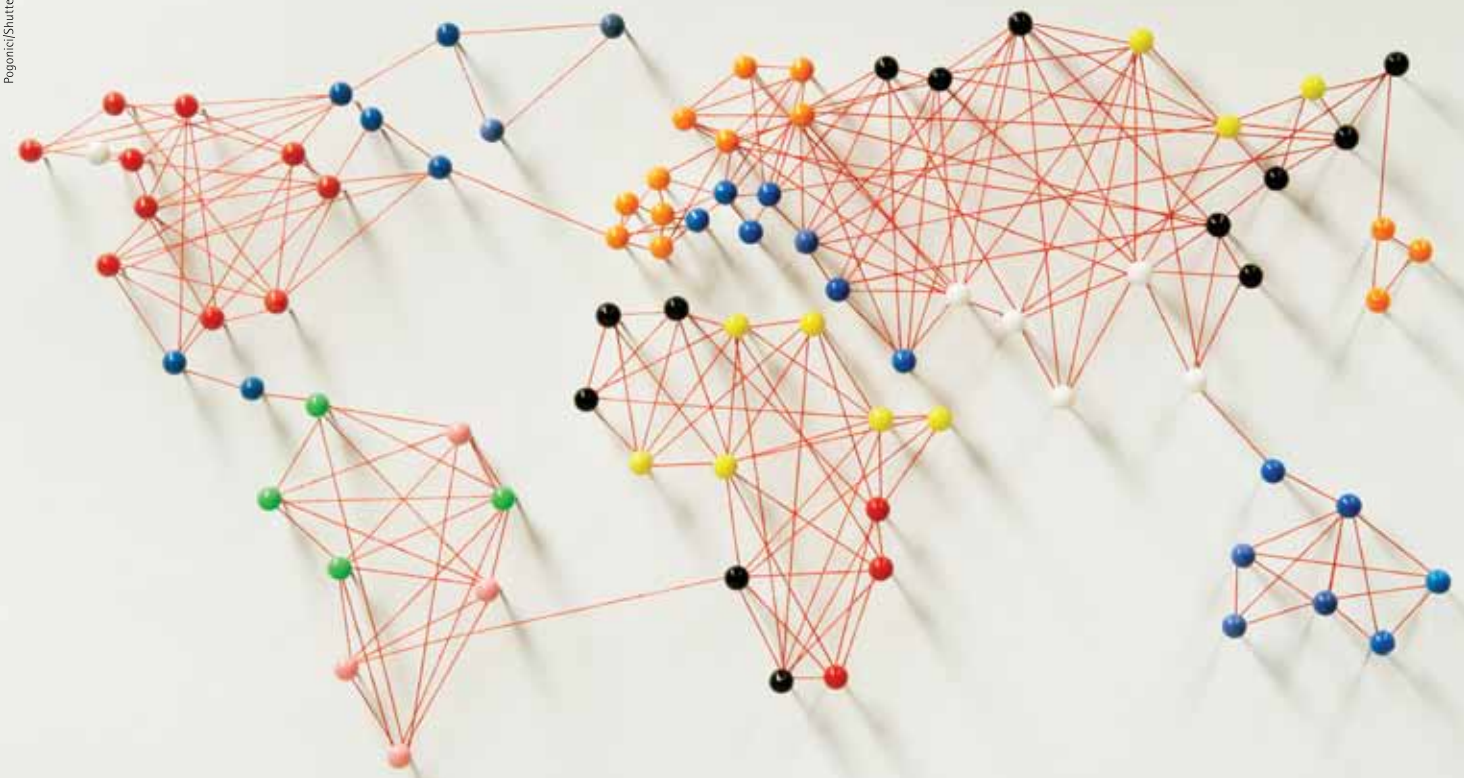
MARCO AURELIO FUCHIDA

O Livro IFRS é traduzido anualmente pelo Ibracon com o objetivo de orientar o trabalho de contadores e auditores independentes dada a convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade. "O Ibracon percebeu a necessidade de traduzir a publicação original como forma de estimular a iniciativa e prover conteúdo aos profissionais da área", diz Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon.

De acordo com Fuchida e Plínio Biscalchin, coordenador técnico do processo de tradução desde a primeira edição do Livro IFRS, o Instituto traduziu as normas internacionais pela primeira vez em 2001. Quando da adoção das IFRS no Brasil, a partir de 2008, o cenário contábil passou a apresentar mudanças significativas: já havia um novo conjunto de normas além de diversas normas revisadas que precisavam ser atualizadas.

O Ibracon buscou, então, autorização junto à Fundação IFRS, antiga IASCF, para que pudesse ser a entidade autorizada a traduzir o livro no Brasil. O fato de o Instituto já ter feito a tradução de 2001 facilitou o trâmite de comunicação para fechamento do contrato. Mas seu reconhecimento como referência técnica no Brasil para produção de normas, orientações e apoio na regulação da profissão e da própria contabilidade já existia e foi o que possibilitou a negociação.

O Conselho Monetário Nacional, por exemplo, aprovou uma resolução do Banco Central que exige dos grandes bancos a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o material traduzido e editado por entidade autorizada pela Fundação IFRS. No caso, o



Pogonici/Shutterstock

Ibracon. Já o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apoiador desde o primeiro projeto de tradução, adota o Livro IFRS como base para a elaboração das normas contábeis brasileiras. "Nós temos um alinhamento muito forte com o CPC, o que permite ao comitê utilizar nosso material em seu importante trabalho na convergência", diz Fuchida.

A confiança no trabalho do Ibracon cresceu à medida que o Instituto sempre desenvolveu a publicação brasileira com eficiência e qualidade técnica. No começo, o Instituto tinha de fechar um novo contrato a cada edição. Hoje, tem um contrato que permite fazer as edições na sequência dos lançamentos das obras da Fundação IFRS.

Evolução

Arquivo Ibracon

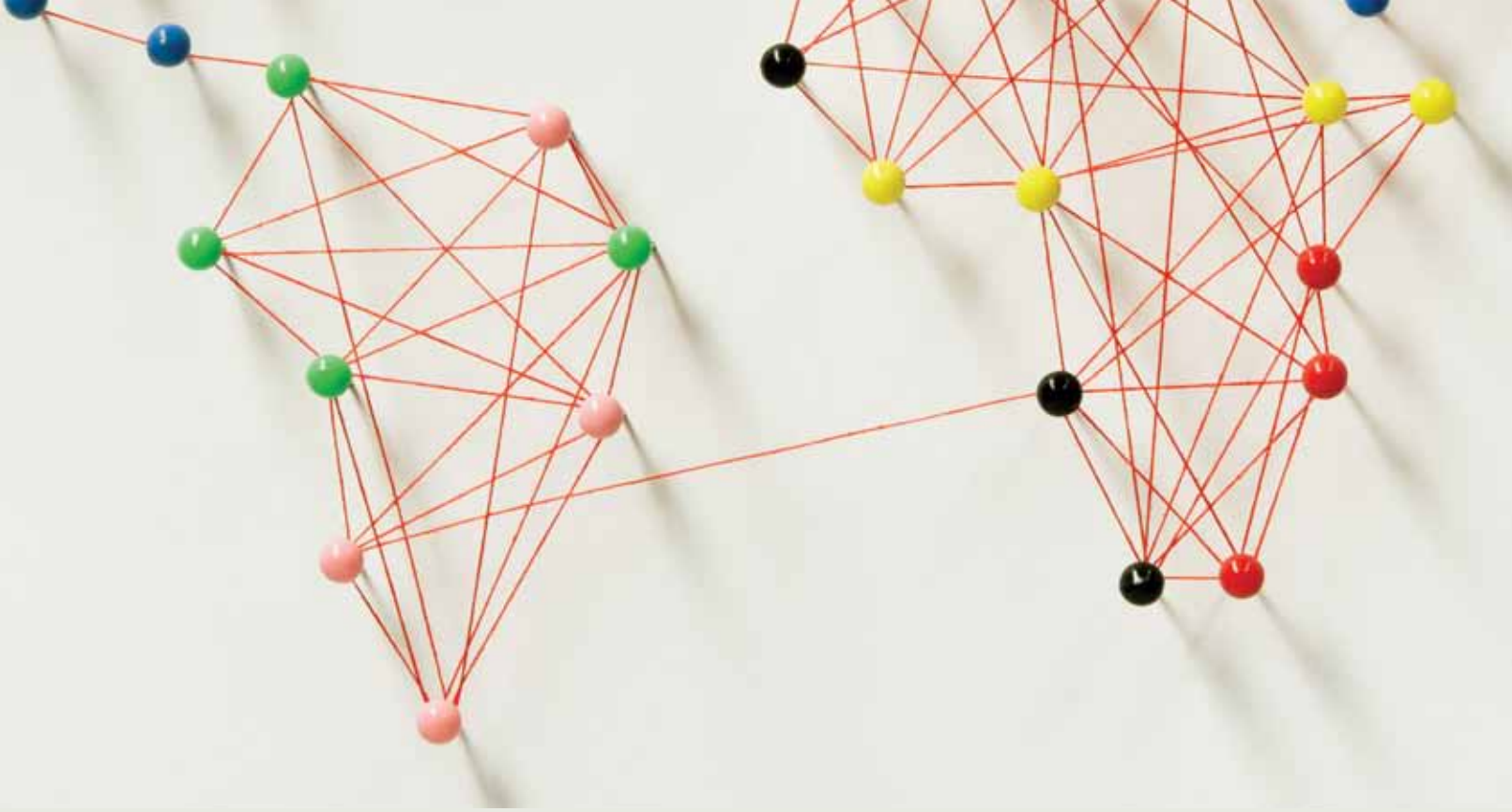
PLÍNIO BISCALCHIN

O primeiro Livro IFRS produzido no Brasil pelo Ibracon foi um grande desafio por conta do volumoso conjunto de normas em inglês a serem traduzidas do zero. Na época, os membros do Ibracon Plínio Biscalchin (até hoje coordenador do projeto), Ariovaldo Guello e José Luiz Carvalho ficaram responsáveis por liderar a empreitada. Havia um grande número de tradutores e revisores técnicos envolvidos no trabalho, antes realizado em muitas etapas. "Com o tempo, houve uma redução da equipe envolvida na tradução e hoje trabalhamos com profissionais que estão totalmente familiarizados com o processo. Dessa forma, além do conteúdo, melhoramos o fluxo de trabalho", considera Biscalchin.

A diagramação sempre foi um ponto de atenção, já que tudo, da fonte tipográfica aos efeitos de destaque, deve seguir o modelo da publicação original. Quando há alteração em alguma norma, por exemplo, seu texto é assinalado com um tracejado como se fosse uma marca de correção. Esse efeito deve permanecer no livro de uma edição para outra para que as pessoas percebam o que mudou na regra. "Quando mandamos o material para a diagramação pela primeira vez, o profissional queria tirar essas marcações. Provavelmente achou que havíamos enviado o arquivo cheio de correções. O refinamento do processo foi se dando com o tempo", explica Biscalchin.

Ele também lembra que a tradução havia gerado um número de páginas muito maior que o volume original e que a impressão fora feita em um tipo de papel diferente do usado pelo IFRS. Esses detalhes tornaram bem trabalhosa a busca por uma gráfica que garantisse a qualidade do fechamento da lombada da primeira edição.

O segundo livro precisou, inclusive, ser dividido em dois



PROFISSIONAIS VOLUNTÁRIOS COLABORAM NO PROCESSO DE TRADUÇÃO

volumes, que apresentavam normas, bases para conclusões, orientações de implementação e exemplos de aplicação, tudo na sequência. Algum tempo depois, o Iasb também passou a dividir o conteúdo em dois volumes, só que em formato diferente, o que obrigou o Ibracon a reajustar as publicações seguintes. "O volume 'A' trata das normas propriamente ditas e o volume 'B' traz os resultados das reuniões e discussões feitas pelos membros do Iasb, técnicos e profissionais do mercado", diz Biscalchin.

Outros esforços foram necessários para que os livros pudessem ser distribuídos no Brasil. O Instituto criou um *e-commerce*, onde os clientes passaram a fazer a validação da compra e até mesmo o acompanhamento do processo de emissão. O apoio logístico veio da parceria com a gráfica responsável pelas impressões. Os livros saem de lá diretamente para o comprador.

Passo a passo

O livro original geralmente é lançado no mês de março pelo Iasb. Só depois o Ibracon tem acesso às novas informações e pode iniciar o trabalho no Brasil, publicando a versão traduzida em meados de outubro. Com esse conjunto de arquivos recebidos da Fundação IFRS, Plínio Biscalchin avalia quais são as novas palavras-chave que aparecem em função de novos termos e normas.

A partir daí, há uma reunião entre a coordenação do projeto e tradutores para definir fluxo de trabalho, prazos, novos conteúdos e formatos.

As normas começam a ser traduzidas e passam pela revisão de Biscalchin, que encaminha o material aos revisores – profissionais voluntários das firmas de auditoria com muitos anos de experiência. Esse processo pode acontecer duas, três, quantas vezes mais forem necessárias para que haja uma harmonização entre o conteúdo já traduzido e novas expressões.

A última revisão é validada pelo coordenador da tradução e a cópia limpa é enviada à diagramação, que coloca o conteúdo no formato do livro.

Antigamente, o Iasb avaliava todo o conteúdo final. Hoje, a organização confere apenas algumas informações principais, como a questão de direitos autorais.

Do papel ao *smartphone*

Ao mesmo tempo em que trabalhou pela melhoria das edições impressas do Livro IFRS, o Ibracon investiu em tecnologia. "Nossa profissão demanda intensa atualização de conhecimentos e o Instituto precisa estar sempre atento às novas tecnologias para dinamizar a comunicação com seus públicos", analisa Francisco Maldonado Sant'Anna, diretor de Comunicação do Ibracon.

Ele conta que o primeiro passo da evolução tecnológica estimulada pelo Livro IFRS foi o desenvolvimento da versão *e-book*, que disponibiliza o conteúdo do livro físico em formato digital para leitura por computador ou *notebook*. "Em 2013, esse conceito passou a ser aprimorado e agora o Instituto lança o Ibracon Digital Reader (IDR), um *software* multiplataforma que pode ser usado em computadores e *notebooks* com sistema operacional Mac OSX, Linux ou Windows e em dispositivos móveis – *tablets* e *smartphones* com sistemas iOS ou Android", resume Sant'Anna.

"O diferencial dos dispositivos móveis está na facilidade de visualização por *zoom* e rotação de tela, além da possibilidade de o usuário conseguir carregar uma infinidade de livros pesados em seu bolso", comenta Guilherme Camargo Freire de Almeida, supervisor de TI do Ibracon. O leitor pode ser baixado gratuitamente e permite que o usuário visualize, também, outros conteúdos adquiridos na loja virtual do Ibracon, tanto os exclusivos para associados quanto os gratuitos ou vendidos a preços especiais.

Uma das funcionalidades do Ibracon Digital Reader é permitir que o associado crie a sua própria biblioteca digital. Essa funcionalidade deixa disponíveis, para leitura a qualquer momento, os conteúdos que o usuário adquiriu pela loja virtual do Ibracon ou o material disponibilizado gratuitamente pelo Instituto. Ao acessar o campo, basta clicar em "baixar" e o conteúdo é exportado para o computador ou qualquer outro dispositivo, passando então para a aba Minha Biblioteca.

O usuário também consegue fazer buscas por palavras-chave, expressões ou normas específicas e ainda fazer anotações nas obras baixadas. "Se o profissional está usando determinada norma, pode criar uma nota e ela ficará disponível no aparelho registrado sempre que desejar consultá-la. Ao acessar a página da norma novamente, basta clicar na nota criada e o sistema irá direcioná-lo", explica Almeida.

Arquivo Ibracon

FRANCISCO MALDONADO SANT'ANNA

Ed Guimarães

GUILHERME CAMARGO FREIRE DE ALMEIDA

Tsyhun/Shutterstock

Acesse www.ibracon.com.br/idr para mais informações sobre *download*, gerenciamento de licenças e sobre a loja virtual do Ibracon.

O *software* do Ibracon tem uma ferramenta chamada Direito de Uso, para solucionar o problema de perda de licença que acontece, principalmente, em grandes firmas. "Agora, a empresa tem total domínio sobre a licença e pode revogar o direito de uso", diz o supervisor. Para o controle das informações, o Ibracon criou um Gestor de Licenças, disponível 24 horas por acesso *on-line*. O sistema permite, ainda, que o usuário veja todos os seus dispositivos registrados (cada licença dá direito ao uso do livro em três diferentes dispositivos, móveis ou fixos, à escolha do usuário) e o conteúdo já baixado ou disponibilizado para *download*.

Funções como doação de licenças, liberação de usuários e trocas de dispositivos de acesso estão restritas aos gestores autorizados pelas firmas e à área de Tecnologia do Ibracon, que continua a dar suporte aos usuários do sistema. "O dono da licença fica muito mais autônomo no sistema, mas o Ibracon ainda tem acesso a tudo para gerar relatórios de registros e solucionar possíveis questões", explica Almeida.

Em seis meses de projeto junto à empresa de desenvolvimento, o Ibracon blindou o aplicativo. O *software* é criptografado, por isso não pode ser pirateado. Cada licença é única e o usuário não consegue abrir os conteúdos em nenhum outro lugar a não ser no próprio IDR. Ele também conta com dois conceitos de atualização para facilitar a vida do usuário. "Temos a atualização do próprio *software*, que automaticamente avisará quando houver uma nova versão a ser baixada e o mesmo vai acontecer com as novas versões do conteúdo", conclui Almeida.

Edição 2014 está em processo de finalização

O Ibracon vai lançar, em outubro, a nova versão do *Livro IFRS* (o "Livro Vermelho"), edição 2014. A obra é composta por dois volumes: a Parte A, com o texto consolidado das normas internacionais de relatório financeiro emitidas em 1º de janeiro de 2014, com data de vigência posterior a 1º de janeiro de 2014; e a Parte B, que concentra as bases para conclusões de cada norma.

A parte A apresenta também a seção *Mudanças nesta edição*, que é um guia resumido das mudanças desde a publicação da edição de 2013 do volume encadernado das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (o "Livro Vermelho").

As principais mudanças desde 1º de janeiro de 2013 são as seguintes:

- alterações às normas: IFRS 7, IFRS 9, IAS 19, IAS 36 e IAS 39;
- dois conjuntos de Melhorias Anuais;
- uma nova Interpretação: IFRIC 21 – Tributos; e
- constituição da Fundação IFRS e o Manual do Processo Requerido.

Ibracon na Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica

INSTITUTO PARTICIPA INTENSIVAMENTE EM TODAS AS AÇÕES QUE VISAM AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

A habilitação de auditores independentes no Brasil é concedida mediante o Exame de Qualificação Técnica, avaliação criteriosa que mede a competência necessária para o contador atuar na área. A avaliação foi instituída em 2003 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
O processo é coordenado pela Comissão Administradora do Exame (CAE), criada em 2004, na qual o Ibracon tem papel preponderante, representado por Guy Almeida Andrade, presidente do Conselho de Administração, e Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Seção Regional.

"O exame de qualificação é fundamental para aferir o conhecimento dos profissionais quanto às normas da auditoria independente, tanto para os que já integram equipes de trabalho como para os que tencionam ingressar na carreira", explica Andrade. "O exame é um dos requisitos para a inscrição do contador que pretende atuar no mercado de valores mobiliários", diz.

"O Ibracon tem a honra de participar da Comissão Administradora do Exame e elogia a existência da avaliação, considerada um marco histórico na evolução da profissão de auditor independente no Brasil", diz Pinho. Segundo ele, o Ibracon atua intensivamente em todas as ações que visam ao aperfeiçoamento dos profissionais da auditoria. "O Exame de Qualificação Técnica é fundamental para o desenvolvimento profissional, associado ao Programa de Educação Continuada, hoje exclusivo dos profissionais de auditoria independente", explica Pinho.

ADELINO DIAS PINHO

GUY ALMEIDA ANDRADE

Segundo Pinho, a qualificação dos profissionais é extremamente necessária, devido às exigências de capacitação e de conhecimento de várias disciplinas requeridas para exercer a profissão de auditor independente.

O exame é uma das exigências para o profissional manter ou obter o registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (Cnai).

A Comissão Administradora do Exame é formada por dez membros efetivos contando com a presença de Adelino Dias Pinho desde sua primeira composição. "Estamos na 14ª edição do Exame do Cnai, que está dividido em três categorias: Exame Geral, Exame Banco Central e Exame Superintendência de Seguros Privados (Susep)", conclui Pinho.

pingos e respingos

No Ministério da Fazenda

Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon, Idésio Coelho, diretor Técnico da Nacional, e o superintendente Marco Aurelio Fuchida reuniram-se, no Ministério da Fazenda, com o secretário-executivo Paulo Rogério Caffarelli, Fabiano Macanhan Fontes, secretário-adjunto de Acompanhamento Econômico, e Julieta Verleun, subsecretária de Assuntos Estratégicos. Na pauta, a delimitação da responsabilidade civil dos auditores independentes, o rodízio de firmas de auditoria e a tributação do setor.

No Banco Central

Em reunião com as diretorias de Organização do Sistema Financeiro e de Fiscalização e com o Departamento de Normas do Banco Central, Pocetti tratou do estabelecimento de uma agenda permanente entre as entidades. "Essa aproximação é importante, uma vez que nossos objetivos convergem no sentido de melhorar a qualidade das informações contábeis apresentadas pelas instituições financeiras", avalia Pocetti.

Vereador Police Neto

O vereador José Police Neto foi recebido pelo presidente Eduardo Pocetti e pelo superintendente geral Marco Aurelio Fuchida. Na pauta, a mudança na tributação do ISS para sociedades uniprofissionais de contadores e auditores. "Nossa expectativa é que, em breve, avancemos na busca por boa solução para os profissionais de São Paulo", destacou Pocetti.

Arquivo Ibracon

Educação continuada I

O Ibracon e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) discutiram a expansão do Programa de Educação Profissional Continuada para os contadores que atuam como preparadores das demonstrações contábeis nas empresas reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central e Superintendência de Seguros Privados (Susep). O encontro aconteceu na sede do CFC, em Brasília, e também tratou da expansão da oferta de cursos e da rede de entidades capacitadoras do programa.

Arquivo CFC

Participaram da reunião, o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho; o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional, Zulmir Ivânio Breda; Elys Tevania e Nelson Machado do CFC; Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon Nacional; Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon Nacional; Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon; Antoninho Marmo Trevisan e Fernando Trevisan.

Educação continuada II

A educação continuada de contadores e auditores também foi o tema de uma reunião na sede da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Rio de Janeiro, com as presenças de Pocetti e Zulmir Breda.

Arquivo CFC

Pela CVM participaram José Carlos Bezerra e Madson Gusmão de Vasconcelos, respectivamente superintendente e gerente de Normas Contábeis da CVM; e Simone Galvão Figueiras, analista de Normas de Auditoria da CVM.

Educação continuada III

Outra reunião foi realizada na sede da Susep para tratar de iniciativas conjuntas para a educação continuada de contadores e auditores que atuam na área de seguros. Novamente, Pocetti esteve acompanhado de Zulmir Breda.

Susep

O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, se reuniu com o novo superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Roberto Westenberger, com quem tratou das Resoluções CNSP nº 311/2014 e nº 312/2014, que dispõem sobre a prestação de serviços de auditoria independente e de auditoria atuarial independente para as sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, entre outros pontos.

Na Bahia

Edmar Sombra Bezerra, presidente da 9ª Seção Regional do Ibracon, participou do Seminário Prestação de Contas de Campanhas Eleitorais, na Bahia, que discutiu a Resolução nº 23.406, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dispondo sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e que contempla a necessidade da assinatura de um contador na prestação de contas eleitorais.

Arquivo Ibracon

Em Pernambuco

Marcelo Galvão Guerra, presidente da 2ª Seção Regional do Ibracon, palestrou no III Coordenar - Encontro de Coordenadores dos Cursos de Ciências Contábeis de Pernambuco. Ele destacou a importância da educação profissional continuada para capacitar o preparador e o auditor independente a aplicar as normas da profissão.

Arquivo Ibracon

95 anos do Sindcont

Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon, participou da comemoração dos 95 anos do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP). No evento, o presidente da entidade, Jair Gomes de Araújo, entregou os títulos de Contabilista Emérito de 2014 a Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos e de Contabilista Honoris Causa à deputada estadual Célia Leão.

Arquivo Ibracon

Contra a lavagem de dinheiro I

A comissão criada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para acompanhar os procedimentos relacionados à Lei nº 9.613/1998, de prevenção à lavagem de dinheiro, reuniu-se na sede do CRC-SP para discutir as implicações da Resolução CFC nº 1.445/2013. A comissão é composta por representantes do CFC, do Ibracon e da Fenacon. Participaram do encontro: Cláudio Longo, membro da CNA do Ibracon; o vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC, Luiz Fernando Nóbrega; João Alfredo de Souza Ramos, Ricardo da Silva Carvalho e Rodrigo Magalhães de Oliveira, representantes do CFC; Ricardo Roberto Monello, diretor de Assuntos Jurídicos da Fenacon e Enory Luiz Spinelli, coordenador do Coaf.

Contra a lavagem de dinheiro II

Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon, Luiz Fernando Nóbrega, vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC, e o diretor de Políticas Estratégicas da Fenacon, João Aleixo Pereira, participaram de audiência com o procurador da República Rodrigo De Grandis, coordenador do grupo de trabalho contra a lavagem de dinheiro e crimes financeiros do Ministério Público Federal. O tema do encontro também foi a Lei n° 9.613/1998.

Educação continuada para contadores deve começar em 2015

Implantado há 12 anos, o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), já se encontra plenamente consolidado entre os contadores que atuam em auditoria independente. Esse sucesso serve de espelho, agora, para o projeto de expansão do programa de modo a englobar, em uma etapa inicial, os contadores preparadores de demonstrações contábeis que atuam em empresas reguladas. O objetivo é alinhar o conhecimento dos preparadores ao dos auditores.

Zulmir Breda, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, acredita que a ampliação terá a mesma boa aceitação registrada no início do programa para os auditores independentes. "A medida vem para valorizar a profissão e melhorar a qualidade dos serviços prestados", diz.

Segundo ele, nem todas as grandes firmas conseguem disponibilizar treinamento adequado para atualizar os contadores de modo que possam acompanhar a evolução das normas e do mercado. O CFC estima que a educação continuada para preparadores será uma ferramenta para estimular as empresas a proporcionarem tempo e os recursos financeiros necessários para que esses profissionais façam os cursos. "Se o profissional entender dessa maneira, tenho certeza de que o programa vai dar tão certo para os contadores quanto tem dado para os auditores", afirma Breda.

Para evoluir no planejamento do programa, o CFC vem investindo em medidas que ajudam a conhecer o universo dos contadores no Brasil. "Não sabemos exatamente quantos contadores trabalham nas empresas de grande porte. Temos estimativas, mas não um número real. Queremos

Divulgação

ZULMIR BREDA

criar um registro similar ao Cadastro Nacional de Auditores Independentes (Cnai)", antecipa.

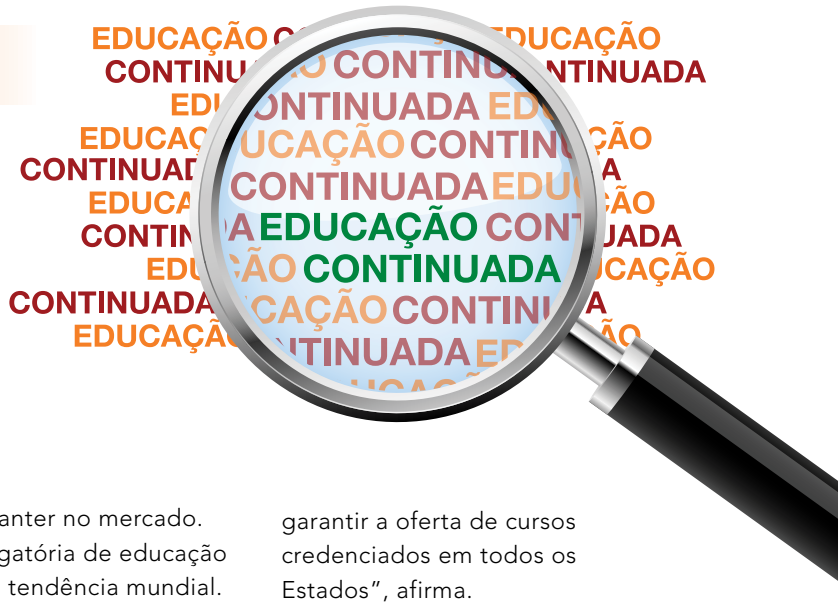
Em princípio, a ideia é iniciar os cursos de educação continuada para

Como vai funcionar

O modelo de pontuação da educação continuada para os contadores será similar ao usado para os auditores. Atualmente, os auditores devem atingir um total de 40 pontos por ano, adquiridos com a participação em cursos, aulas, artigos publicados, palestras e conferências. No mínimo 20% dessa pontuação deve ser acumulada em "aquisição de conhecimento", ou seja: em cursos, aulas e palestras nas modalidades presencial, à distância ou mistas; em cursos de pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*) que contribuam para melhorar a *performance* do profissional de auditoria independente; e conferências e seminários técnicos. Todas as atividades devem estar credenciadas no Programa de Educação Continuada do CFC.

Os pontos restantes podem ser adquiridos com docência, produção intelectual (artigos, estudos, trabalhos de pesquisa, livros), com a participação em comissões técnicas e profissionais do CFC, dos CRCs, da FBC, da Abracicon, do Ibracon e outros órgãos reguladores, no Brasil ou no exterior; e com a orientação de teses, dissertações ou monografias.

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC explica que haverá fiscalização por amostragem e um controle por meio de cadastro, de modo que o Conselho possa notificar os profissionais que não cumprirem a pontuação necessária a cada ano.



contadores das grandes firmas em janeiro de 2015. Para isso, o CFC deverá concluir o processo de aprovação do projeto e o levantamento para identificar o número de profissionais na área, de modo a ter subsídios que permitam definir a estrutura logística necessária para a implantação do programa em âmbito nacional.

Para a elaboração do cadastro dos contadores, estão sendo recolhidas informações junto aos órgãos reguladores do mercado, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central e a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Alinhamento global

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC não tem dúvidas de que, sem atualização permanente e de qualidade, os profissionais da contabilidade não conseguirão se manter no mercado. "A exigência obrigatória de educação continuada é uma tendência mundial. O CFC não está inventando nada. Outros países adotam essa política com resultados positivos. Nossa ideia é, com o tempo, ampliar a educação continuada para todos os segmentos da profissão", diz Breda.

Ele conta que um dos obstáculos que devem ser superados antes de se instituir a obrigatoriedade de participação no Programa de Educação Continuada para contadores é a ampliação da rede de cursos. "O CFC não pode exigir o cumprimento da educação continuada sem garantir a oferta de cursos credenciados em todos os Estados", afirma.

Segundo ele, há uma rede, hoje, de cerca de 500 entidades credenciadas como capacitadoras em todo o Brasil, para atender apenas aos auditores independentes. Esse universo deverá ser mais do que duplicado para fazer frente à ampliação do público alvo do Programa de Educação Continuada. "Precisamos ter uma infraestrutura logística preparada e eventos credenciados em todo o Brasil para dar conta da nova demanda", acrescenta Zulmir Breda.

"Evidentemente, faremos uma ampla campanha de divulgação na mídia desde o início, para alertar os profissionais sobre a exigência. Os órgãos reguladores já estão apoiando essa ideia e também vão ajudar a divulgar", diz.

A discussão para a implantação da norma se dá, neste momento, na Câmara de Desenvolvimento Profissional. A implantação dependerá de aprovação do projeto final pelo plenário do CFC. Breda explica que todas as normas brasileiras de contabilidade e auditoria devem passar por audiência pública por um período de 30 dias, para receber sugestões dos profissionais da classe, o que deve acontecer neste segundo semestre, para que a norma passe a valer já no começo do ano que vem.

"Nosso compromisso com a defesa da sociedade depende de uma boa prestação de serviços. Para isso, precisamos garantir que o profissional se mantenha permanentemente atualizado. Essa é a finalidade do Programa de Educação Profissional Continuada. E, a médio e longo prazos, esperamos poder estendê-lo a todos os profissionais de contabilidade, independente do segmento de atuação", assegura Breda.

E ele garante: tudo se dará de forma tranquila, sem atropelos e com amplos esclarecimentos, para que cada profissional tenha condições de planejar sua participação.

Lei 12.973: pontos positivos e desafios

Após grande ansiedade do mercado, em 14/5/2014 foi finalmente publicada a Lei nº 12.973/14, resultado da conversão em lei da Medida Provisória (MP) 627/13. Entre diversas alterações na legislação tributária, a Lei nº 12.973/14 revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e disciplinou os efeitos fiscais da adoção do padrão contábil internacional (IFRS).

De uma forma geral, entendemos que a nova legislação foi muito positiva. Independentemente dos juízos de valor em relação ao novo padrão contábil adotado pelo Brasil, é praticamente um consenso que nos encontrávamos em um ambiente tributário de extrema insegurança jurídica desde a edição da Lei nº 11.638/07. Essa insegurança se manteve mesmo com a Lei nº 11.941/07. Por exemplo, muito se discutiu (e ainda se discute) sobre o real alcance do RTT, e nunca houve uma posição firme sobre seus efeitos diretos e indiretos.

A insegurança jurídica foi reforçada pela absurda IN 1.397/13 da Receita Federal, norma infralegal que trouxe um temor considerável para muitos dos contribuintes que haviam simplesmente adotado a interpretação mais razoável do RTT. Portanto, o fim do RTT, em si, já representa um importante avanço. Agora, independentemente das novas discussões que nascerão, voltamos ao cenário original em que há uma única contabilidade e uma série de ajustes a serem feitos para fins tributários.

O segundo aspecto positivo da nova legislação diz respeito ao tratamento fiscal do ágio (agora, *goodwill*) gerado nas aquisições de participações societárias. Figura que sempre foi centro de grandes discussões, inclusive do ponto de vista de política tributária, o Governo Federal acertou em cheio ao manter um benefício fiscal de tamanha relevância para o desenvolvimento da economia brasileira.

A Lei 12.973/14 trouxe ainda uma regra de transição do antigo para o novo regime do ágio que deve ser elogiada. A partir de agora, com a lei, esperamos que seja colocado um ponto final aos sempre frequentes rumores de final de ano de que o benefício fiscal do ágio será revogado pelo Governo (medida vantajosa para os cofres públicos no curto prazo e extremamente prejudicial ao desenvolvimento do País no longo prazo).

Merece destaque também o tratamento fiscal trazido pela nova legislação em relação aos ativos intangíveis. Alvo de debates e incertezas no passado, os ativos intangíveis vêm ganhando uma importância notória, na medida em que os negócios se redefiniram em termos de estruturação e fatores como marca, imagem, tecnologia, carteira de clientes, conhecimento, patentes etc. passaram a ser pontos centrais de muitos empreendimentos. Ao permitir a amortização fiscal dos ativos intangíveis sem maiores restrições, a lei também trouxe um importante avanço na legislação tributária.

FIM DO RTT REPRESENTA UM GRANDE AVANÇO DA LEI

O último aspecto positivo de destaque diz respeito ao tratamento fiscal atribuído pela nova legislação aos instrumentos híbridos, como as ações preferenciais resgatáveis. Em nosso entendimento, o assunto foi bem tratado pela nova legislação e deverá mitigar possíveis discussões entre Fisco e contribuinte. Foi reconhecido pela nova legislação que, embora tais instrumentos tenham efeitos econômicos e contábeis de dívida, seu tratamento fiscal deve respeitar a forma jurídica de um investimento em ações.

Ed Guimarães

GIANCARLO MATARAZZO É SÓCIO E RUBENS BISELLI É ADVOGADO DA ÁREA TRIBUTÁRIA DO PINHEIRO NETO ADVOGADOS

Ed Guimarães

No entanto, o avanço trazido na legislação tributária pela Lei nº 12.973/14 não será, por óbvio, efetivamente atingido sem o enfrentamento de diversos desafios. Já nesse estágio preliminar em que nos encontramos, é possível identificar obstáculos importantes que deverão ser enfrentados por todos que atuam na área tributária (advogados, Fisco, contadores, auditores, empresas etc.).

Em primeiro lugar, podemos destacar a necessária mudança de mentalidade e de reforço no treinamento dos envolvidos no cenário tributário. Efetivamente, muita coisa mudou. Como todos sabem, com o padrão IFRS, a contabilidade brasileira deixou de ser calcada em regras e passou a ser baseada em princípios, o que aumenta o grau de subjetividade na elaboração e auditoria das demonstrações contábeis. Já é claro para todo o mercado que, ainda que as mudanças sejam benéficas, elas são demasiadamente complexas e subjetivas.

Trata-se de uma mudança de filosofia, que deve ser acompanhada pelo aperfeiçoamento de todos os que atuam na área. A nova legislação já existe, mas ainda deve haver uma melhor compreensão das regras contábeis do IFRS para que haja a devida aplicação das novas regras fiscais, tanto por parte dos contribuintes como por parte da Receita.

O outro desafio está relacionado à regulamentação da adoção inicial das novas regras fiscais trazidas pela lei. Já é quase certo que a adoção antecipada apresentará problemas para os contribuintes. Primeiramente, a Receita ainda não esclareceu como será feito o controle em subcontas vinculadas a ativos e passivos que tenham sofrido ajustes de valores em decorrência da adoção do padrão IFRS. Vale lembrar que, segundo a Lei nº 12.973/14, a regra geral é que os ajustes que não forem evidenciados contabilmente em subconta vinculada ao ativo ou passivo deverão ser oferecidos à tributação (o ganho será tributado e a perda será indedutível).

Além disso, mesmo após a regulamentação pela Receita, tendo em vista o alto número de ativos detidos por grande parte dos contribuintes que serão afetados pela nova legislação, muito provavelmente as empresas terão grande dificuldade para fazer o controle individual exigido pela Lei nº 12.973/14.

Vale ressaltar que, até a elaboração deste artigo, a Receita havia regulado apenas a forma como o contribuinte optará pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/14 (IN 1.469/14

NOVA REGRA FISCAL DEMANDA MAIOR COMPREENSÃO DAS IFRS

e IN 1.484/14), que deverá ser formalizada pelo contribuinte em sua Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referente aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto de 2014. Mas a Receita não esclareceu o procedimento a ser adotado caso a opção acarrete o recolhimento a menor de tributos nos meses de janeiro a maio de 2014. Ou seja, a regulamentação sempre gera novas dúvidas. Isso significa que a regulamentação necessária deve ser feita da forma mais célere e completa possível, se preciso com a ajuda das próprias empresas interessadas.

Com base nesses breves comentários, podemos concluir que a Lei nº 12.973/14 trouxe melhorias efetivas. Não obstante, devemos também ter em mente os desafios que deverão ser enfrentados no futuro por todos aqueles que militam na área, inclusive o Fisco, a fim de que a transição para o padrão IFRS seja feita de forma a trazer efetivos ganhos e benefícios para o País.

O mestre da contabilidade

ELISEU MARTINS, UM DOS MAIS RECONHECIDOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO BRASIL, ENTROU NA ÁREA POR ACASO

Professor Emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), consultor, palestrante, parecerista, autor de *best-sellers* de sua área, ao longo dos 46 anos de carreira, Eliseu Martins acumula uma atuação plural e bons frutos conquistados pelo trabalho dedicado ao aperfeiçoamento da contabilidade na academia e no mercado de trabalho.

Caçula e temporão entre quatro filhos, Eliseu Martins nasceu em 1945 para revolucionar a vida da família, que logo deixou a zona rural de Albertina, em Minas Gerais, rumo à cidade paulista de Espírito Santo do Pinhal. Aos 15 anos, ele queria ser cadete. Mas ao sentir a comoção da mãe, que não conseguia nem ver um uniforme militar, pois havia fugido da guerra civil espanhola, desistiu da ideia e mudou-se sozinho para São Paulo.

Até terminar o colégio, tinha como meta trabalhar no Banco do Brasil. E prestou concurso. Mas, em um sábado à tarde, antes de uma sessão de cinema, ele acompanhou um amigo até a FEA-USP. "Esse meu colega e o funcionário da universidade insistiram tanto para que eu fizesse inscrição no vestibular, que concordei só pra encurtar o papo e não perder o filme", lembra. Foi aprovado em ambos.

Ele só pediu demissão do banco quando foi convidado pelo professor Sérgio de Iudícibus para dar aulas, no fim da graduação. E mergulhou na contabilidade. Formou-se bacharel, doutor e livre-docente pela FEA-USP. De professor assistente do Departamento de Contabilidade e Atuária chegou ao cargo de diretor e trabalhou pelo fortalecimento e estreitamento das relações entre os departamentos, as fundações e a direção da faculdade. Pelo carisma e, principalmente, por conta do importante trabalho realizado ao longo da carreira, o profissional acumula diversas homenagens, como a medalha Mérito Contábil João Lyra, a mais alta condecoração concedida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). E batiza o Prêmio Prof. Eliseu Martins, da Fucape Business School, do Espírito Santo. "O reconhecimento vem da dedicação ao trabalho diário e de mais uma série de fatores, como as publicações. Elaborei livros muito didáticos, preocupados com a realidade brasileira e com nossos alunos", explica o autor e coautor de obras como *Contabilidade de custos,* até hoje o livro mais vendido nessa área no Brasil, *Contabilidade introdutória* e *Análise didática das demonstrações contábeis*.

O ótimo é inimigo do bom

Eliseu sempre atuou como membro de conselhos de empresas privadas e estatais, assim como de entidades sem fins lucrativos. Integrou a diretoria do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, por duas vezes ocupou o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi representante do Brasil para assuntos de contabilidade junto à ONU, dirigiu a área de Fiscalização do Banco Central e integrou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do qual atualmente é membro convidado, entre outras funções.

Pelo fato de nunca ter ficado "enfurnado" na academia, pôde "observar como as pessoas trabalham dos vários lados da mesa". Como professor e estudante, sempre priorizou o rigor técnico. Já no mundo prático dos negócios, a expressão "o ótimo é inimigo do bom" é sua filosofia.

Durante o processo de convergência aos padrões

Ed Guimarães

internacionais de contabilidade, por exemplo, houve uma grande discussão por conta de problemas como qualificação de profissionais e qualidade do ensino superior. Alguns profissionais defendiam que seria preciso um tempo considerável para treinamento, antes da implementação. Para Eliseu, devido à alta carga de trabalho da categoria, os profissionais acabariam deixando para se preparar às vésperas do período de vigência.

"O salto foi grande, ainda há muita gente despreparada, mas já contamos com diversos professores, profissionais e grandes empresas com uma qualidade de informação que jamais teríamos se estivéssemos usando o plano de fazer isso em longo prazo", considera.

Ao lado da família e dos jequitibás

O mesmo tempo que tem de carreira Eliseu tem de união com a esposa, Débora Aversari. Os dois se conheceram na infância e, já adultos, acabaram se reaproximando por conta de um piano. "Eu havia tido aulas de piano com minha irmã mais velha que, ao se casar, mudou-se para São Paulo e levou o instrumento. Sem tempo para praticar, ela o doou a uma amiga", conta. Quando decidiu voltar a tocar, Eliseu tentou recuperar o instrumento da infância. Mas Débora (a tal amiga) não abriu mão. "Para resumir a história, como não consegui comprar o piano de volta, casei com a dona dele", brinca.

O casal vive em Espírito Santo do Pinhal, em uma grande propriedade rural que quase nunca fica vazia. Os filhos, Vinícius e Eric, contabilistas como o pai, sempre estão por lá com as esposas e crianças – Lucas, filho de Eric, e Nina, Leo e Julian, de Vinícius. Quando a família está reunida, acontecem os tradicionais churrascos e noites de pizza. "O Vinícius faz cervejas maravilhosas. Ele é casado com uma belga, aprendeu os truques com o sogro e montou uma fabriquinha de cerveja aqui em casa, pelo espaço que temos e pela qualidade da água", diz, ressaltando os atributos de seu paraíso particular.

Não por acaso, ele se emociona ao citar as belezas naturais que o entusiasmaram a comprar a propriedade, há 40 anos. "Eu tenho aqui um santuário de jequitibás. O mais velho tem 2.800 anos. São necessários 11 homens para abraçar a árvore. É impressionante", diz. Quanto aos netos, xodós de Eliseu, já cresceram acostumados às raridades do quintal do vovô. "Toda vez que alguma visita chega, eles perguntam, 'Você conhece a árvore grande?'. Então lá vamos nós mostrar a árvore grande", conclui.

Foco na objetividade

DEBATE VISA A ELEVAR QUALIDADE E REDUZIR QUANTIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

O baixo crescimento econômico, em um ambiente de incertezas crescentes, reforça uma tendência que já vem sendo notada no mercado brasileiro há tempos, a imperiosa necessidade de corte de custos. Em um contexto de alta competitividade, as empresas buscam reduzir despesas de forma abrangente, o que intensifica o debate sobre como eliminar um dos fardos que as companhias de capital aberto ainda carregam: o custo com a publicação impressa obrigatória de informações financeiras. O debate tem duas vertentes: uma é o fim da obrigatoriedade da publicação; a outra é a necessidade de uma revisão na seção de notas explicativas dos balanços das empresas.

Os altos custos de manutenção de uma companhia aberta aparecem entre as razões pelas quais as empresas adiam a decisão de abrir capital visando buscar financiamento no mercado. Entre esses custos, se destaca o gasto com publicações, razão pela qual empresas brasileiras de menor porte recuam da decisão de abrir capital.

Nesse contexto, o debate em torno da qualidade das notas explicativas é crucial. Um levantamento feito por Lélio Lauretti, conselheiro da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), mostra que o tamanho da seção de notas explicativas dos relatórios tem "aumentado exponencialmente". Em 2013, essas notas ocuparam, em média, 73% do espaço total reservado à publicação do Relatório de Administração.

O problema é que, na visão do especialista, "maior espaço significa maior custo para as empresas, mas não significa maior interesse pela leitura". O levantamento abaixo foi divulgado no 15º Prêmio Abrasca – Relatório Anual, do qual Lauretti é patrono. Ele pretende apresentar, em novembro, uma atualização desses dados, na 16ª edição do prêmio.

Empresa	Veículo	Total de páginas	Notas Explicativas (páginas)	Relação
Triunfo Part.	Jornal	9	6,8	76%
Correios	Jornal	8	4,6	58%
CSN	Jornal	16	13	81%
BB Seguridade	Jornal	15,5	13	84%
MRV Eng.	Jornal	9	5,5	61%
Lupatech	Jornal	6	5	83%
Qualicorp	Jornal	8	5,5	69%
Gol	Jornal	7	5	71%
Bradesco	Jornal	16	10	63%
Cemig	Site	195	135	70%
Grupo Ultra	Caderno DF	60	55	92%

Com informações coletadas em 2013

Elaboração: Lélio Lauretti, conselheiro da Abrasca

Ed Guimarães

Custos obrigatórios

Na visão de profissionais da área de Relações com Investidores e outros especialistas do mercado de capitais, a questão dos custos com publicações tem um complicador em particular, que é a obrigatoriedade de divulgação dos balanços em formato impresso no *Diário Oficial da União*. "Considerando as companhias abertas, 50% dos gastos na divulgação de seus balanços correspondem a publicações no *Diário Oficial*", diz Antonio Castro, presidente da Abrasca. De acordo com Castro, trata-se de um encargo pesado, considerando o volume publicado. E boa parte do calhamaço diz respeito à seção de notas explicativas. "Essa é uma das razões pelas quais as empresas têm de buscar cada vez mais transparência e foco no que é relevante, para deixar as notas explicativas mais compactas", observa.

Segundo especialistas do setor, apesar de ser muito importante para as companhias, o debate sobre o fim da obrigatoriedade de publicação em Diário Oficial ainda carece de uma agenda positiva de discussões para mudar as regras. Há uma pressão grande por parte da imprensa oficial, já que essas publicações representam uma fonte importante de receitas. O ideal, para muitos, é que a divulgação das informações financeiras das companhias fosse obrigatória apenas no site das próprias empresas. Há consenso entre as companhias que os usuários dessas informações preferem acessá-las na área de Relações com Investidores dos sites corporativos, sendo que, de fato, ninguém mais consulta Diários Oficiais.

Para Castro, da Abrasca, embora a obrigatoriedade da publicação em Diário Oficial deva ser abolida, esse tipo de divulgação em outros veículos da imprensa especializada tem seu valor. "Além de frequentemente serem veículos mais baratos do que o *Diário Oficial*, a publicação em grandes jornais e revistas especializadas produz debate e discussão", afirma. "Para outros agentes, como analistas e investidores, é claro que a publicação das informações no site das empresas é essencial."

Notas que explicam

Enquanto prevalecer a obrigatoriedade de publicação em formato impresso, a melhor alternativa para as empresas é manter o foco na objetividade do material que é divulgado, em particular no que se refere às notas explicativas. Há consenso no mercado em que essa seção tem se tornado cada vez mais prolixa. "Espera-se que haja maior foco e que sejam contempladas apenas informações que são relevantes, não apenas do ponto de vista da empresa, mas considerando a visão do investidor", diz Castro, da Abrasca.

Há pelo menos duas razões para essa falta de foco na produção das notas explicativas. De acordo com Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon Nacional, uma delas é regulatória. As IFRS apresentam uma lista de itens que precisam estar presentes na publicação de informações financeiras e os órgãos reguladores observam essas diretrizes. "Na busca de cumprir as normas, quem prepara as demonstrações contábeis deixa um pouco de lado o julgamento crítico e acaba divulgando tudo o que é requerido, até mesmo por proteção, com receio de ser punido pelos reguladores e investidores", afirma. Assim, a lista de notas explicativas acaba se estendendo e resultando em um ciclo vicioso no mercado. "Uma companhia compara suas informações com as de outras e a tendência de publicar informações demais se espalha", acrescenta Idésio Coelho.

Ele explica também que os auditores, com receio de serem cobrados por não se pronunciarem a respeito de uma possível falta de informações nas divulgações financeiras, "acabam avaliando as divulgações na literalidade da norma". O regulador também entra nessa cadeia, já que sua função é fazer cumprir as normas contábeis vigentes.

Além disso, as informações financeiras atendem a públicos distintos, dentre os quais estão os acionistas, potenciais investidores, analistas e reguladores, além da administração da própria empresa. Uma vez que todas as informações, incluindo as notas explicativas, devem atender a todas essas classes de leitores, a variedade de públicos-alvo multiplica o volume de material divulgado. "A companhia conhece seu próprio negócio com profundidade, mas o conceito de relevância é diferente para cada tipo de leitor e isso precisa ser levado em conta", afirma o presidente da Abrasca. Antonio Castro explica que os auditores que avaliam os balanços já "mergulharam, há anos, nas demandas trazidas pelas IFRS", mas muitos usuários das informações financeiras das companhias ainda não. Ele acredita que a curva de aprendizado das exigências das novas normas contábeis levará a uma compreensão melhor do tipo de informação que é relevante e não pode ficar de fora das notas. Contudo, segundo ele, o processo está acontecendo de forma gradual.

De acordo com Castro, o debate sobre como ganhar em qualidade na publicação das notas explicativas tem avançado, com a participação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), BM&FBovespa, acadêmicos e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Um dos foruns de discussão do tema é o Grupo de Trabalho (GT) Notas Explicativas criado pelo Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (Codim) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que conta com a participação do Ibracon e da Abrasca.

Idésio Coelho explica que há uma tentativa de alinhamento global quanto às notas explicativas, mesmo

Ibracon/Luis Germano

IDÉSIO COELHO

em países onde a divulgação impressa não é obrigatória. Segundo ele, as divulgações estão muito extensas e complexas, destinadas a um "pequeno grupo de pessoas com conhecimento em finanças, o que não era o objetivo inicial das IFRS".

O diretor do Ibracon lembra que o Grupo Consultivo para Informação Financeira na Europa (Efrag, na sigla em inglês) está elaborando um projeto de revisão das normas sobre notas explicativas e, recentemente, publicou um trabalho reconhecendo o crescimento exagerado delas. O órgão recomendou que os diferentes agentes do mercado se unam para preparar um quadro conceitual de referência que possa ser usado globalmente na elaboração dos relatórios. Segundo Coelho, os mercados europeu e americano já avançaram na compreensão do tema, "mas ainda não estão perto do fim. Sou otimista a respeito do assunto, apesar de crer que se trata de um processo que ainda vai levar alguns anos".

Conheça o GT Iasb-CPC

BRASIL CONTA COM ÓRGÃOS PROATIVOS, COMO O CPC E O CFC, ATENTOS À CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS

A convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade se deu em um contexto que demandou intenso trabalho de todos os envolvidos no processo, como o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Ibracon, entre outras entidades e órgãos.

Nas etapas iniciais da conversão, o Brasil adotou o conjunto de normas que já vigia em todos os países que seguem o padrão IFRS. Superada a complexidade dessa etapa inicial, de implantação das IFRS, surgiu um novo desafio: acompanhar e participar da evolução das normas junto ao International Accounting Standards Board (Iasb), responsável pela revisão e emissão de pronunciamentos.

Assim, em 2009, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por iniciativa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criou o Grupo de Trabalho (GT) Iasb-CPC. "O GT foi criado para analisar os *exposure drafts* e *discussion papers* propostos pelo Iasb e oferecer ao CPC sugestões com base na realidade brasileira, a serem enviadas ao Iasb, de forma a serem consideradas na emissão das normas internacionais de contabilidade", explica Idésio da Silva Coelho Júnior, coordenador do grupo, coordenador de Relações Internacionais do CPC e diretor Técnico do Ibracon Nacional.

Além de Rogério Lopes Mota e Ahmed Sameer El Khatib, ambos representantes do Ibracon, o GT conta com a participação de Silvio Takahashi (CFC), Priscilla Anne Rebelo Vianna e Antonio Carlos Marques de Oliveira (Abrasca), Tânia Regina Sordi Relvas e Bruno Meirelles Salotti (Fipecafi), Marcos Oscar Tisser (Apimec Nacional), Paulo Giovanni Claver (BM&FBovespa), Vânia Maria da Costa Borgerth (BNDES); Osvaldo Favero Zanetti e Fernando de Angelo Carneiro Constantino (CVM), e Wilson Antônio Salmeron Gutierrez (Febraban).

"O Brasil participa muito ativamente das discussões e revisões, assim como da elaboração de normas. Em 2013, enviamos 31 respostas a consultas do Iasb, número que chegou a 19 apenas nos primeiros cinco meses deste ano", conta Idésio Coelho.

Segundo ele, uma contribuição importante do GT Iasb se deu no início do ano, com o envio de comentários sobre o *discussion paper* para a revisão estrutural e conceitual das IFRS, base para a emissão de todas as normas internacionais. "A norma foi amplamente discutida e estudada, culminando com uma resposta única do Brasil em janeiro deste ano", explica o coordenador de Relações Internacionais do CPC e diretor Técnico do Ibracon.

Ao receber uma demanda do Iasb (os *discussion papers*), o GT escolhe um relator e um sub-relator, para analisar os questionamentos e apresentar as discussões ao grupo e ao CPC. "A norma é analisada de acordo com os princípios contábeis internacionais e em consonância com a plataforma brasileira", explica Idésio Coelho. Após a análise do GT, as sugestões são enviadas ao CPC, que, se concordar com os termos, envia o relatório ao Iasb", finaliza o diretor do Ibracon. O trabalho desenvolvido pelo GT é prova de que o Brasil conta com órgãos proativos, como o CPC e o CFC, atentos à convergência às normas internacionais.

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

A Revista Transparência Ibracon
é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração
Adeildo Osório de Oliveira
Adelino Dias Pinho
Antônio Carlos de Castro Palácios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Edmar Sombra Bezerra
Fernando Dantas Alves Filho
Guy Almeida Andrade
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Mário Vieira Lopes
Paolo Giuseppe Araújo
Paulo Buzzi Filho
Pedro Augusto de Melo
Ricardo Julio Rodil

Diretoria Nacional
Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Diretor Técnico
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Paulo Cézar Santana
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Diretor de FAPMP
Adriano Roberto Legnari Faria

Superintendente
Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial
Adelino Dias Pinho
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Fábio Moraes da Costa
Fernanda Queiroz Rivelli
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Marco Aurelio Fuchida

Colaboração
Shirlei Liberal Nogueira Lima

EXLibris
1998 comunicação integrada

Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora
Geralda Privatti

Colaboração
Eduardo Tavares
Fernanda Balieiro
Renato Vaisbih
Vinicius Abbate

Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Foto da capa de Fatih Donmez/Thinkstock e arte de Wilma Temin

O universo da Contabilidade e Auditoria Independente em suas mãos

Comunicação Ibracon

Informações técnicas atualizadas

Participação em Fóruns, Conferências, Palestras e Grupos de Trabalho

Conteúdos exclusivos sobre o mercado e a profissão

Networking

Cursos de Educação Continuada a preços especiais

Fortalecimento e valorização da profissão

Quem pode se associar?

- Estudantes de Ciências Contábeis
- Profissionais da Contabilidade
- Sociedades de Auditoria Independente

Associe-se!

Consulte sua Seção Regional
www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Nacional
Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção
Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, Ceará
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção
Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção
Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção
Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção
Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção
Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção
Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br